



**Empresa Brasil
de Comunicação**

Relatório da Ouvidoria

Março

2016

Ouvidora-geral

Josefi Marques

Ouvidores-adjuntos

David Silberstein

Márcio Bueno

Tiago Severino

Atendimento

Ana Cristina Santos

Daniel Teixeira

José Luiz Matos

Sheila Lima

Monitoramento e Gestão da Informação

Carlos Genildo

Gabriela Chaves

Jamily Souza

Tiago Martins

Apoio à comunicação

Wêdson França

Secretária

Edna Mamédio

Estagiários

Jéssica de Brito

Raimundo Lourenço

Sumário

Apresentação	5
Análise de conteúdo	
TV Brasil	
Quando o cliente tem razão	7
A cobertura das manifestações do dia 13	8
Repórter Brasil comete erros em uma edição problemática	10
Palavras Cruzadas que saltam aos olhos.....	12
Manifestações dos dias 17 e 18 de março.....	13
A hierarquia do oficialismo.....	16
Intolerância religiosa na programação infantil.....	16
Um bom caminho da reportagem	16
Rodadas de manifestações.....	17
Agência Brasil e Portal EBC	
Cascas de banana no caminho da notícia	22
Faltou dizer ao público como reclamar	23
Agência Lusa precisa de edição e revisão de seus textos.....	23
Um bom trabalho, mas de difícil acesso ao leitor	24
O “saiba mais” deve ser um aliado da informação correta	24
Retórica não justifica nem esclarece os fatos	25
Título genérico confunde a história de presos políticos em Cuba	26
Uma festa muito boa	27
O desafio de traduzir números	27
Histórias sem fim	28
Formação inadequada.....	29

Sistema de Rádios	
Programa História Hoje	29
Quando “ditadura” vira bordão	29
Na missa, pároco chama para manifestações contra o governo	30
Um programa de variedades chamado Natureza Viva	30
Engenharia sem condições de trabalho	31
Reunião do PMDB é tratada como pauta secundária	32
Músicas, autores e intérpretes anônimos.....	34
Ouvidoria nos veículos da EBC	
Programas da Ouvidoria	36
Colunas da Ouvidoria.....	36
Manifestações do público	
TV Brasil.....	45
Agência Brasil e Portal EBC.....	47
Sistema de Rádios.....	49
Monitoramento e Gestão da Informação	
Pesquisa TV Brasil.....	52
Processos pendentes	55
Estatísticas de atendimento	58
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.....	65

Apresentação

O mês de março foi marcado pelo acirramento dos ânimos da política nacional. Entre os fatos que estiveram presentes no noticiário estão as manifestações a favor do impeachment, a divulgação dos grampos telefônicos pelo juiz Sérgio Moro, os atos em defesa do governo e o imbróglio jurídico na nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil. Este relatório traz a análise da cobertura desses momentos pelo jornalismo da TV Brasil. Os principais aspectos observados foram a postura dos apresentadores e comentaristas, as eventuais falhas técnicas e operacionais e o modo de abordagem de cada notícia.

O relatório também traz uma análise do especial elaborado pelo Portal EBC sobre os dois anos da operação Lava Jato. Em relação à Agência Brasil, a Ouvidoria mostra problemas em uma notícia que tratou das prévias das eleições dos Estados Unidos. Já no cenário nacional, a análise “Retórica não justifica nem esclarece os fatos” aponta eventuais equívocos na notícia da Agência que tratou do pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes.

No Sistema Público de Rádio, a Ouvidoria identificou que a Missa, transmitida pela Rádio Nacional de Brasília, convidou o público para participar da manifestação contra o governo e a favor do impeachment, no dia 13. Na mesma data, um programa da emissora, cuja temática é a sustentabilidade, fez um longo e ambíguo comentário, dando a impressão de também fazer uma espécie de agendamento da manifestação.

Em março, a Ouvidoria recebeu 434 mensagens do público relativas aos diversos veículos da empresa. A maior quantidade de manifestações foi para a TV Brasil, 327. A Agência Brasil recebeu 33, o Portal EBC registrou 11, as rádios tiveram 62 e a TV Brasil Internacional, 1. O tema político esteve presente nas mensagens. Na seção destinada à TV Brasil, a Ouvidoria mostra a percepção do telespectador sobre a abordagem do conteúdo político nos telejornais e plantões da emissora. Os questionamentos sobre a forma de abordagem em algumas notícias também apareceram nas mensagens da Agência Brasil e do Sistema de Rádios.

O relatório também apresenta uma pesquisa qualitativa sobre a programação da TV Brasil. Questionários foram enviados para 300 pessoas que entraram em contato com a Ouvidoria no último semestre do ano passado. Desse total, 58,9% classificaram a programação da emissora como muito boa.

Análise de conteúdo

TV Brasil

Quando o cliente tem razão

A telespectadora Mônica Moreira Muller, de Juiz de Fora-MG, enviou uma reclamação à Ouvidoria. As preocupações explicitadas na mensagem falam por si, mas a indignação que se pode perceber nas linhas e entrelinhas exige que encaminheamos a ela uma resposta consistente, que demonstre o respeito que a EBC tem pelo público e por toda a sociedade. A Ouvidoria, que tem se manifestado sobre as fragilidades apontadas pela telespectadora, resolveu contribuir para que o Jornalismo possa compor uma resposta que, de preferência, resgate a confiança que Mônica diz que tinha no principal jornalístico da emissora, o *Repórter Brasil*.

A manifestação da telespectadora:

"Acompanho com bastante frequência o Repórter Brasil e sempre observei um pouco de cuidado, meio excessivo, nas reportagens sobre o governo federal ou sobre política, de uma forma geral. Isso nunca me incomodou a ponto de me fazer manifestar, como ocorre agora. Até mesmo por eu não conseguir definir muito bem a linha editorial da TV Brasil, se por ser pública, estava proibida de fazer críticas mais fortes ao Executivo. Mas recentemente o posicionamento do jornal sobre a Operação Lava-Jato e sobre as acusações contra o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva vem me incomodando. Na edição de ontem, por exemplo, quinta-feira, dia 10, a primeira parte inteira foi usada para tentar defender o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula, que teve a prisão preventiva decretada pela justiça. Considero grave o uso de uma emissora pública, bancada com recursos públicos, ser usada assim para atender os interesses político-partidários do governo do momento. Os apresentadores e os dois jornalistas convidados para comentar o pedido de prisão não disfarçaram suas preferências políticas e fizeram de tudo para tentar caracterizar as investigações recentes como injustas, indevidas. Tentaram até criticar a juíza que vai cuidar do caso, lembrando um caso anterior em que ela teria errado. Ora, ela nem proferiu sua decisão sobre o ex-presidente ainda! E se não acatar o pedido de prisão? Vão voltar a dizer que ela errou? Além de ficar muito evidente o esforço para defender o ex-presidente, quando deveria se tratar do caso com certa imparcialidade, o jornal ficou maçante, com uma conversa longa e repetitiva. Quem são os jornalistas convidados para comentar o assunto? Talvez eu esteja mal informada, mas não conheço ambos. Qual o currículo deles para serem convidados pelo jornal? Será que eles têm a isenção necessária para comentar o assunto? Ou buscou-se justamente dois profissionais que têm opiniões que interessam a esse esforço evidente de tentar proteger o ex-presidente? "

Análise da Ouvidoria sobre a edição de 10/3 do Repórter Brasil

A percepção da telespectadora sobre esta edição do *Repórter Brasil* está correta. As principais fragilidades que levam a esta interpretação de parcialidade e linha editorial indefinida devem-

se fortemente às intervenções do editor-chefe e apresentador do Jornal, principalmente com os preâmbulos que antecedem as apresentações dos comentaristas. As falas são longas, assumindo posições, como identificou a telespectadora, chegando até mesmo a serem confusas em alguns momentos.

A comentarista de política traz informações e comentários pertinentes, que ficam prejudicados apenas em alguns momentos pela entonação e expressão corporal, que deixam transparecer uma (discreta) indignação, dando ao público a desconfiança de parcialidade e que a informação seja apenas opinião pessoal. A ênfase em algumas partes do texto, também prejudicou a apresentadora. O apresentador de São Paulo manteve uma postura equilibrada na maior parte das intervenções, o que colabora com a percepção de pertinência e imparcialidade do comentário.

As reportagens sobre os temas políticos do primeiro bloco do *Repórter Brasil* foram corretas, informativas e equilibradas. No entanto, os textos, tanto da escalada quanto das notas, são claramente parciais e contribuem para a percepção de defesa intransigente/fervorosa do governo e do ex-presidente Lula, conforme reclama a telespectadora. Aliás, ela acerta quando aponta a nota sobre a juíza que iria julgar o pedido de prisão preventiva de Lula, porque foi muito desagradável e fora de lugar.

Na escalada do jornal, o texto dizia “vamos conhecer a juíza Maria Priscila Veiga Oliveira, que vai julgar o pedido de prisão do Ministério Público.” No entanto, não houve matéria sobre isso, mas apenas uma curta nota dando conta de um julgamento em que a juíza errou no veredito. A nota afirma “que a juíza ficou conhecida” pelo erro – isso foi lamentável. A impressão era mesmo de ataque à atuação da juíza, na perspectiva de que ela viesse a acatar o pedido de prisão, o que acabou não se confirmando.

Tratar a decisão dos juízes de São Paulo não como “decisão”, mas como “atitude dos juízes” também coloca o jornalismo em uma situação delicada e inconveniente. Há formas menos adjetivadas e jornalisticamente mais competentes de se fazer a crítica. A indignação exacerbada e os comentários indignados, quando tomam o lugar das informações, das exposições e análises pertinentes em relação aos fatos que merecem crítica prestam um desserviço à comunicação pública, afastando pessoas que eventualmente querem apenas uma fonte de informação mais honesta e confiável para entender o momento atual.

A cobertura das manifestações do dia 13

As manifestações do dia 13 de março foram noticiadas pela TV Brasil em oito boletins veiculados de hora em hora, ao longo da programação. A seguir, os principais pontos observados pela Ouvidoria.

Cobertura tímida em outras localidades

A cobertura da TV Brasil foi centralizada em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Outras cidades, apesar de importantes no contexto político, apareceram pouco ou de maneira superficial. Belo Horizonte, por exemplo, teve uma presença de público maior do que as manifestações anteriores, mas o ato na capital mineira foi noticiado de maneira rápida – as imagens surgiram na tela

e o apresentador leu uma nota com alguns dados. A notícia sobre São Luiz (MA), onde a EBC tem uma unidade, foi ao ar às 15h em uma matéria gravada.

Imagens ao vivo

Nas capitais centrais da cobertura (Rio, SP e DF), a TV Brasil colocou equipes ao vivo. No Rio de Janeiro, os jornalistas ficaram em um local que não era possível mostrar a manifestação. Sempre que era chamado, o repórter apresentava basicamente as mesmas informações e ao fundo apenas carros da polícia. Nos primeiros boletins, não era possível saber o tamanho da mobilização. Apenas ao meio-dia, foram ao ar imagens que mostraram o público fluminense. Ainda sobre o vivo do Rio, no boletim das 11h, a apresentadora chamou o repórter, mas a equipe ainda não estava preparada e as imagens apareceram desfocadas e sem o enquadramento correto. O ajuste do ângulo foi feito no ar com a imagem do repórter no telão do estúdio. Ao final do vivo, a apresentadora fez uma pergunta ao repórter, mas ele não entendeu e caminhou para fora da cena, provavelmente sem saber que ainda estava no ar.

As crianças no escorregador

Ao meio-dia, ao vivo de Brasília, uma repórter preferiu mostrar um fato sem relevância em detrimento um aspecto informativo sobre a manifestação. Ela mostrou um grupo de crianças que brincavam no gramado do Congresso em uma bandeira, que virou um escorregador. Ao fundo, era possível perceber que o deputado federal Jair Bolsonaro fazia um discurso contra o governo, fato que não foi mencionado.

Material gravado

Apesar dos problemas identificados nos vivos, as reportagens gravadas no Rio de Janeiro e em Brasília contaram adequadamente como foi a manifestação. Foi possível saber como o evento transcorreu em um relato objetivo e sem pesar para qualquer lado.

O motivo das manifestações

No segundo boletim, às 11h, o apresentador de Brasília se referiu à manifestação como um “ato contra o governo Dilma”. A expressão não é exata e sugere que a população que foi às ruas queria apenas a saída da presidente. Na verdade, os pedidos eram múltiplos e passavam pelo pedido de impeachment, de prisão do ex-presidente Lula e até de intervenção militar.

Comentaristas

A iniciativa de aprofundar as notícias com a participação de comentaristas convidados evitou, o que é comum nas emissoras comerciais, uma repetição excessiva das mesmas imagens e informações da manifestação. A presença de especialistas colaborou sobre o próprio entendimento do que foi o ato. A participação do professor João Feres, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, debateu a influência da mídia nas manifestações. Um assunto relevante e pouco abordado nas análises que, normalmente, tendem a tratar das questões político-partidárias.

Antecipação de resultados

Em relação aos comentaristas, o problema foi a tentativa de antecipar resultados da manifestação. Em Brasília, por exemplo, no boletim das 14h, a comentarista disse que “não houve uma nacionalização de modo que em todas as capitais tenham ocorrido”. Na verdade, todas as capi-

tais, tiveram atos contra o governo. Faltou um mapa para mostrar onde ocorriam manifestações. Ela ainda disse que “o perfil do manifestante continua basicamente o mesmo”. Como ter certeza disso? Não era possível naquela circunstância fazer essa inferência, já que não havia uma verificação, até aquele momento, e as imagens que foram ao pela TV Brasil não demonstravam claramente o que seria esse perfil.

A reação da esquerda

Uma das perguntas mais insistentes para os comentaristas foi sobre a capacidade “de reação da esquerda”. A questão se referia ao movimento que foi marcado para o dia 18, sexta-feira, pelas centrais sindicais e apoiadores do governo. O assunto foi tratado tantas vezes pela TV Brasil que se apresenta como uma espécie de agendamento midiático, da mesma forma que alguns veículos da imprensa comercial fizeram com a manifestação a favor do impeachment. Em dado momento, por exemplo, o comentarista da TV Brasil de São Paulo afirmou: “hoje é o primeiro capítulo (...) o segundo capítulo é na sexta”. A dúvida é se em uma situação tão complexa, cheia de implicações e entremeios pode ser resumida assim, dois capítulos, como se fossem dois times de futebol de primeira divisão disputando campeonato.

Aspectos técnicos e operacionais

Como já foi comentado pela Ouvidoria, o cenário do jornalismo, em Brasília, deixa transparecer que foi feito ali um improviso. A bancada, mal posicionada, parece uma mesa que foi empurrada para o canto, deixando à mostra o final do vidro e os parafusos. O posicionamento do telão e dos apresentadores parece estar em desalinho. O mesmo pode se dizer das cores – a mesa é vermelha, o logotipo tem um efeito visual que vai do vermelho ao vinho, o fundo é cinza com iluminação em azul. Não há harmonia visual entre os elementos.

Repórter Brasil comete erros em uma edição problemática

A nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil foi o destaque do Repórter Brasil, do dia 16/3. Ao observarmos o texto que foi lido pelo apresentador para dar a notícia, na escalada do jornal, percebemos a inadequação do tom e o erro da utilização do verbo “ganhar” para dizer que o ex-presidente passaria a ter foro privilegiado: “O ex-presidente Lula vai assumir a Casa Civil **para reforçar o governo Dilma**; ele **ganhou** também o direito de ser julgado apenas pelo Supremo Tribunal Federal”. Ao dizer “... para reforçar o governo Dilma...”, o jornalismo dá justificativas para a nomeação, o que evidentemente não faz parte da notícia, pelo menos não na parte inicial, onde as manchetes são relacionadas.

Ainda na escalada, o texto diz: “o Supremo Tribunal Federal derrotou o presidente da Câmara e manteve as regras para o julgamento do pedido de impeachment...”. Obviamente, dizer que o STF “derrotou” o presidente da Câmara dá à notícia um tom de disputa, que prejudica a compreensão dos fatos, deixando transparecer uma postura de torcida inadequada ao jornalismo, principalmente ao jornalismo de uma emissora pública.

Ao final da apresentação das principais notícias, a chamada diz o seguinte: “E o Brasil se mantém otimista. O país é o décimo sétimo colocado na lista dos mais felizes do mundo”. Diante

do contexto geral das notícias, essa manchete, se tanto, precisaria ser mais informativa para que o tom de ufanismo não destoasse tanto da realidade que tem sido acompanhada por todo o país e que, afinal, está explicitada na própria. Fica parecendo piada ou uma edição de cortina de fumaça.

Já no corpo do noticiário, o Repórter Brasil destacou a liberação dos grampos telefônicos pela Justiça Federal do Paraná: “o juiz Sérgio Moro divulgou o grampo de telefonema entre o presidente Lula e a presidenta Dilma. A oposição afirma que houve tentativa de obstrução da justiça por parte do governo”. Essa última frase não está clara. Qual tipo de obstrução seria essa? O comentário da oposição é a partir do que Dilma e Lula conversaram ao telefone? Ou seria outra investida da oposição a partir de outros fatos, que não o grampo?

Em uma nota de economia, sobre a queda do dólar e alta da bolsa, o Repórter Brasil afirmou: “o mercado financeiro fechou antes da divulgação de conversas telefônicas do presidente Lula”. Qual o objetivo dessa comparação? Seria o mesmo que a mídia tradicional faz ao debitar, sem fundamentação, os fatos econômicos aos fatos políticos apenas para influenciar a opinião do público? Com esse texto, o noticiário reforça a tese de que as variações do mercado decorrem de fatos quase que exclusivamente internos. Nessa data, fatores externos, como a manutenção da taxa de juros dos Estados Unidos, tiveram relativa influência na cotação do dólar em todo o mundo e nas principais bolsas.

O mais grave, no entanto, está na reportagem que mostra a transcrição do telefonema grampeado e do despacho do Juiz Sérgio Moro sobre a liberação do grampo. O trecho do despacho foi apresentado fora do contexto correto e monta uma edição equivocada e enganosa. A matéria afirmou: “no despacho que autoriza a interceptação telefônica do ex-presidente Lula, o juiz federal Sérgio Moro destaca que **‘cumpram aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada’**”. Da forma como o texto foi editado, o que está sendo dito é que o juiz Sérgio Moro teria afirmado que não há, **nas conversas entre Dilma e Lula**, qualquer indício de conduta inapropriada. No entanto, a afirmação do juiz refere-se às autoridades do Ministério Público e da magistratura que, supostamente, poderiam ter sido procuradas por membros do governo com a intenção de influenciar na operação Lava Jato. O que, aliás, refere-se ao diálogo grampeado em telefonema do ex-presidente Lula com o ministro Jacques Wagner.

O texto original do despacho diz o seguinte: “observo que, em alguns diálogos, fala-se, aparentemente, em tentar influenciar ou obter auxílio de autoridades do Ministério Público ou da Magistratura em favor do ex-Presidente. **Cumpra aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada.** Ilustrativamente, há, aparentemente, referência à obtenção de alguma influência de caráter desconhecido junto à Exma. Ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal, provavelmente para obtenção de decisão favorável ao ex-Presidente na ACO 2822, mas a eminente magistrada, além de conhecida por sua extrema honradez e retidão, denegou os pleitos da Defesa do ex-Presidente” (sic).

Já a matéria sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal do rito do impeachment não tinha as informações básicas: quantos ministros acompanharam o voto do relator? O que ficou definido? A comissão de impeachment vai ser formada por voto aberto? Os membros serão indicados pelos partidos? A reportagem mostrou apenas uma discussão entre os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli que não deixou claro o que foi decidido. Somente depois, com uma repórter ao vivo, o telespectador é informado de que os membros serão indicados pelos líderes partidários e que a comissão vai ter 65 parlamentares.

A última nota do telejornal errou por uma precipitação muito comum aos veículos da mídia privada, que concorrem uns com os outros por um furo de notícia. O texto foi o seguinte: “uma última informação acaba de chegar. O juiz Sérgio Moro, da Vara Federal de Curitiba, responsável pela operação Lava Jato, anunciou que mandou interromper as gravações que foram divulgadas hoje, mas essa ordem não foi obedecida pela Polícia Federal. As gravações continuaram apesar da ordem do juiz Sérgio Moro”.

A nota afirma que a PF **desobedeceu** uma ordem do juiz a que está subordinada, o que, se fosse mesmo correto, constituiria um fato gravíssimo, portanto mereceria uma apuração mais rigorosa. Além disso, atribui, no texto, a informação ao próprio Sérgio Moro. Para o jornalismo público, a corrida ao furo não faz sentido. Mas sendo a precipitação incontrolável, o melhor seria deixar no texto o benefício da dúvida, para não ter que desmentir no dia seguinte.

Palavras Cruzadas que saltam aos olhos

A Ouvidoria acompanhou, na quarta-feira, 16, a estreia do jornalístico *Palavras Cruzadas*, na TV Brasil. O programa diversifica a faixa de análise da emissora e é mais um espaço para entrevistas, debates e discussões com maior profundidade. A participação da ministra Carmen Lúcia como entrevistada trouxe temas relevantes para o país, embora o assunto candente do momento não fosse exatamente aquele. No entanto, a entrevista foi muito longa e sem muitas interferências dos entrevistadores, fazendo com que a conversa ficasse enfadonha a partir da metade do programa. Por mais interessante que fosse o assunto, como a questão do subsídio dos juízes, ficou difícil se concentrar e até entender o que estava sendo comentado.

Não desmerecendo os aspectos positivos, o cenário coloca em primeiro plano o chão, em vez da presença do apresentador e convidados. Como o piso é branco, tem figuras em preto e as paredes têm cores mais escuras, a iluminação destaca o vão central do praticável do cenário. Além disso, o espaço que separa os participantes da conversa é desproporcionalmente amplo. A distribuição das cadeiras também é inadequada.

O apresentador estava em um lado do cenário, quase sempre de costas para o público; a entrevistada, quase sempre de frente, estava na extremidade oposta; três jornalistas convidados, tomando-se por base o ponto de vista do telespectador, estavam posicionados do lado direito do cenário; e a comentarista de política da TV Brasil, entrevistadora fixa do programa, estava apartada do conjunto, localizada ao fundo e à esquerda da cena. A cadeira usada por ela – além de desconfortável e esteticamente inadequada para os planos de câmera que a evidenciavam – era igual a dos jornalistas convidados e diferente das que eram usadas pelo apresentador e pela

entrevistada. A leitura que se faz desse aspecto da imagem é a de assimetria de importância. Tanto esteticamente quanto em termos de discurso da imagem, o melhor seria que as três cadeiras principais fossem iguais.

Manifestações dos dias 17 e 18 de março

As mobilizações dos dias 17 e 18, organizadas por movimentos que apoiam o governo, receberam uma ampla cobertura da TV Brasil. A cobertura ocorreu em boletins ao longo da programação e em matérias nas duas edições do Repórter Brasil.

Edição completa

No dia 17, o Repórter Brasil Tarde teve uma edição abrangente. Com repórter ao vivo, o telejornal mostrou as manifestações na Avenida Paulista contra a posse de Lula, os conflitos entre opositores e apoiadores do governo em frente ao Palácio do Planalto e falou ainda dos procedimentos para a instalação da comissão do impeachment. Tudo narrado de forma equilibrada e no momento em que os fatos aconteciam. Instantes após a suspensão da posse de Lula, um repórter noticiou que a decisão foi do juiz Itagiba Catta Preta, trazendo a informação de que ele participou de manifestações contra o governo. Um assunto importante e que iria repercutir ao longo do dia.

Matéria errada

O equívoco do Repórter Brasil foi reprisar a matéria sobre os grampos de uma conversa entre Lula e a presidenta Dilma. A reportagem usou de maneira incorreta um trecho do despacho do juiz Sérgio Moro e distorceu uma informação, dando a entender que o magistrado não teria identificado uma “conduta inapropriada” na conversa deles. A matéria afirmou: “no despacho que autoriza a interceptação telefônica do ex-presidente Lula, o juiz federal Sérgio Moro destaca que ‘cumpre aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada’”.

Retirada do contexto original, a frase compromete a veracidade da informação e a credibilidade de toda a reportagem, podendo ainda sugerir a manipulação intencional dos dados para sugerir que Moro teria afirmado não haver ilegalidade nos diálogos interceptados. Na verdade, o texto do juiz se referia à suposta tentativa de integrantes do governo influenciar o Ministério Público e membros da magistratura, como já explicado pela Ouvidoria em análise anterior.

Atitude “ilegal” de Moro

Ao longo do dia, as manifestações na Paulista e as mobilizações no Senado, na Câmara e no Palácio foram pauta no boletim Notícia Agora. Em relação a esse noticiário, está o julgamento antecipado da decisão do juiz Sérgio Moro de suspender o sigilo dos grampos telefônicos. O Notícia Agora se referiu à medida como ilegal. Até então, não havia qualquer decisão do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal ou um entendimento definitivo de juristas se Moro agiu de maneira correta ou não.

A primeira vez que o Notícia Agora se referiu aos grampos dessa forma foi no boletim das 15h, afirmando em uma nota: “mais cedo, cerca de 40 juizes federais se reuniram há poucos metros dali, no Fórum Pedro Lessa, defendendo o que chamaram de independência do judiciário e se disseram contra qualquer tipo de sanção administrativa ou judicial que o juiz Sérgio Moro possa vir a responder por ter divulgado ilegalmente uma conversa telefônica da presidenta Dilma com o ex-presidente Lula”.

Por volta das 16h, em uma nota que informou que a Advocacia Geral da União recorreu da decisão que suspendeu a posse de Lula, o Notícia Agora voltou a se referir ao vazamento como ilegal: “o advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, falou há pouco que recorreu da decisão de suspender a posse de Lula na Casa Civil. Cardozo falou ainda sobre o termo de posse de Lula. Ele disse que o documento assinado pelo ex-presidente ontem seria usado apenas no caso de Lula não poder comparecer à posse. Esse documento foi citado por Dilma em um telefonema a Lula, telefonema que foi vazado ilegalmente pelo juiz Sérgio Moro”.

[Ato ao vivo](#)

Durante a noite, um ato realizado na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco reuniu juristas, professores e estudantes contra o processo de impeachment. A cobertura foi ao vivo, acompanhada do estúdio pelo apresentador e o comentarista. O ato, que teve grande atraso, foi mostrado na íntegra, mesmo quando o auditório ainda estava sendo preparado. Os comentários, no estúdio, tinham o tom de discurso indignado, sem o necessário equilíbrio para mostrar ao público a pertinência do ato. Durante a cobertura, eram mostradas algumas imagens da manifestação que acontecia na Avenida Paulista, contra o governo, mas foram feitas poucas ou quase nenhuma referências a isso a partir do estúdio.

[Grampo no gabinete](#)

Da mesma forma que ocorreu no Notícia Agora, houve um julgamento antecipado das ações do juiz Moro. Um dos comentários foi de que “o grampo no gabinete da Presidência da República é um acinte”. Na data, especulava-se que o grampo telefônico teria sido montado na Presidência da República, porque em uma das gravações o áudio sugere a interceptação a partir do gabinete de Dilma. Uma informação que ainda não está comprovada, mas, da forma como foi comentada, aparece quase como uma verdade para o telespectador.

[Dia 18: de selfie no estúdio a problemas técnicos](#)

No dia 18, o Repórter Brasil Tarde mostrou a retirada dos manifestantes contrários ao governo da Avenida Paulista. O aparente nervosismo do repórter comprometeu o texto e em alguns momentos o relato foi contraditório. No terceiro bloco, a participação de um jornalista do Rio de Janeiro foi prejudicada por um zumbido no áudio.

Outros problemas técnicos voltaram a ocorrer nos plantões ao longo do dia. Às 14h, por exemplo, o apresentador de Brasília chamou o apresentador de São Paulo, que surgiu no telão, mas não sabia que estava ao vivo e ainda se preparava para entrar no ar.

[Comentaristas brincalhões](#)

Fragilidades também foram percebidas no próprio discurso de alguns apresentadores e comentaristas. Perguntado, por exemplo, sobre a possível participação do ex-presidente Lula no ato a

favor do governo, o comentarista que estava em São Paulo afirmou: “Lula é sempre um show”. Uma afirmação que diz pouco e que denota uma informalidade de uma conversa entre amigos, em vez de uma análise política. Fato semelhante ocorreu por volta das 18h, quando o comentarista se atrapalhou e disse “ministro Sérgio Moro”. O apresentador corrigiu: “ministro ainda não; juiz Sérgio Moro”. Essa falta de zelo também ocorreu com o comentarista de Brasília que foi surpreendido tirando uma selfie, após o noticiário mostrar a manifestação na Esplanada dos Ministérios. Algo que beira o ridículo, mas, aparentemente, ele não se importou e continuou a brincar com o celular, mesmo com a apresentadora ao lado dele lendo uma nota.

Cobertura onde a TV alcança

Às 15h e às 17h, o apresentador de Brasília se referiu à cobertura da TV Brasil como uma “cobertura completa pelo Brasil das manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, aqui em Brasília, e em todas as cidades do país, onde a TV Brasil alcança”. Ao observar todas as entradas ao vivo e a edição do Repórter Brasil Noite, é possível perceber que foram ao ar notícias de várias cidades – Belo Horizonte, Porto Alegre, Maceió, Natal e outras -, mas dizer que a cobertura iria ser onde “a TV Brasil alcança” é uma promessa ao telespectador que é impossível de ser cumprida.

Crédito como verdade

Ao longo da cobertura, uma tarja aparecia na tela com a frase “ato em defesa da democracia e contra o golpe”. Esta era a forma como os manifestantes estavam chamando o movimento, mas para o telespectador, poderia significar uma tomada de posição da TV Brasil sobre todo o contexto político. Na cobertura da manifestação na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, por exemplo, também havia uma tarja, mas com uma diferença: estava explícito, na frase, que eram os juristas que estavam promovendo o ato: “Ato dos juristas pela legalidade e pela democracia”.

Ênfase em excesso

O apresentador de Brasília leu, de maneira inapropriada, trechos da nota do Tribunal Regional Federal que cassou a liminar que suspendeu a posse de Lula para a Casa Civil. Foi dada uma ênfase excessiva em palavras e expressões que descrevem porque a posse não poderia ter sido suspensa. É como se o jornalista quisesse reafirmar, para o público, o que estava no documento e dizer que, ao contrário da medida anterior, Lula pode ocupar o cargo de ministro.

Discurso de Lula

Durante o discurso de Lula na Paulista, a emissora mostrou as imagens da avenida e deixou o áudio aberto para o telespectador ouvir o que o ex-presidente dizia. Somente após alguns minutos no ar, as imagens passaram a mostrar Lula de longe. Antes havia apenas pessoas caminhando e bandeiras das centrais sindicais. O som também era praticamente inaudível, mas, posteriormente, ficou mais fácil de compreender.

Repórter Brasil

Apesar das dificuldades que um tipo de cobertura como essa impõe, a edição do Repórter Brasil Noite fez um resumo adequado dos principais fatos do dia – movimentação na Paulista, manifestação em Brasília, no Rio de Janeiro, o discurso de Lula e a comissão do impeachment.

A hierarquia do oficialismo

A Presidência da República realizou, em 22/3, o Encontro Juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia. Desde o início do evento, por volta das 11h30, a TV Brasil mostrou trechos dos pronunciamentos. A exibição foi na chamada do *Repórter Brasil*, durante o telejornal e, logo após, no boletim *Notícia Agora*. No entanto, o discurso mais técnico foi não exibido para o telespectador. Trata-se do pronunciamento do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que apontou, a partir da visão do governo, as fragilidades jurídicas do processo de impeachment. Um comentário que foi além das justificativas de polarização políticas que o Brasil assiste nas últimas semanas.

O boletim *Notícia Agora*, às 14h, chegou a fazer um resumo das opiniões de Cardozo em entrada ao vivo de uma repórter, que estava no Palácio do Planalto. Os argumentos técnicos de Cardozo foram resumidos em uma nota de aproximadamente 20 segundos. Logo após, foi ao ar o pronunciamento, gravado, de Dilma Rousseff. Para a fala da presidenta, a TV Brasil dedicou cerca de 20 minutos, inclusive a emissora não retirou os cacos de abertura do discurso oficial, como cumprimento de autoridades e pequenas piadas. Já os argumentos técnicos de Cardozo, importantes para o telespectador obter mais um elemento para compreensão do cenário político atual, foi colocado em um plano secundário.

Intolerância religiosa na programação infantil

Na edição de 22/2 do Boletim, a Ouvidoria fez a análise do episódio O Profeta, do desenho animado *Brichos*, onde aponta que o programa representa de modo caricatural e preconceituoso a comunidade evangélica neopentecostal. As observações foram para o Relatório da Ouvidoria de fevereiro e foram discutidas com o Conselho Curador, na reunião de 17/3. Embora tenha havido, no relatório, o detalhamento das situações onde foram observadas as inadequações, o episódio foi reexibido pela emissora no dia 21/3, por volta das 15h30, na faixa de programação infantil Hora da Criança. O discurso da empresa pública, que condena com veemência a intolerância religiosa, não encontra ressonância na grade de programação da TV Brasil.

Um bom caminho da reportagem

A edição de 24/3 do jornalístico Caminhos da Reportagem teve como tema as manifestações e a polarização política recente no país. Um leque abrangente de opiniões apareceu na reportagem. De maneira muito equilibrada e objetiva, o programa ouviu participantes de movimentos pró e contra o governo, conversou com pessoas que estiveram em mobilizações, juristas, artistas, professores e jornalistas. Com isso, o programa conseguiu abordar a temática sob diversos ângulos, sem proselitismo de qualquer natureza. O mais importante dessa edição foi mostrar que existe uma divisão política no país que se manifesta de várias formas: na conversa no bar, em casa, nas redes sociais e até nas manifestações de rua. O resultado dessa polarização, como o próprio programa apresentou, são as desavenças, conflitos e as incertezas no cenário político.

O Caminhos da Reportagem, literalmente, adentrou as manifestações para conversar com participantes e líderes de movimentos. Uma informação importante que o programa apresentou foi um comparativo entre os manifestantes tanto dos atos contra, como a favor do governo. Os dados da Fundação Dom Cabral contrapõem um discurso usual de que há uma diferença substancial entre os dois grupos.

Sem parcialidade, o Caminhos da Reportagem também perguntou se o processo de impeachment de Dilma Rousseff é ou não um golpe. Foram ouvidos juristas e líderes do movimento a favor do impeachment que apresentaram suas razões. Do lado oposto, fatos da história do país, como o Golpe Militar de 1964, o movimento das Diretas Já! e o impeachment de Fernando Collor foram lembrados para analisar se o atual momento se relaciona com episódios anteriores em que houve ruptura da democracia. Com uma pauta segura e um bom roteiro, o programa esclarece, apresenta opiniões, fatos e argumentos de forma equilibrada.

Na verdade, o que o programa faz é levantar questionamentos, mostrando os fatos e deixando que o telespectador forme sua opinião.

A parte final do programa foi dedicada a analisar a cobertura da imprensa, um aspecto importante e que raramente se vê comentar com equilíbrio em reportagens. Um dos pontos abordados é se os veículos privados de comunicação querem empurrar a classe política para o lado dos defensores do impeachment. O assunto é pouco mencionado na televisão porque coloca em xeque a postura de jornalistas e dos donos de veículos.

O encerramento do programa foi com imagens das manifestações organizadas pelos dois grupos – contra e a favor do impeachment – em uma demonstração da forma de polarização que o país vive. Edição que foi acompanhada por comentários de alguns entrevistados que enfatizaram que, independentemente da situação atual, é preciso haver diálogo e respeito.

Rodadas de manifestações

A TV Brasil fez uma extensa cobertura do ato contra o impeachment e a favor do governo, no dia 31. O assunto foi notícia na edição da tarde do Repórter Brasil, nos plantões ao longo do dia e na edição da noite do telejornal. Os aspectos observados foram os seguintes:

Falhas nas entradas ao vivo

Como ocorreu em outras ocasiões, a participação ao vivo de repórteres foi prejudicada, em alguns momentos, por problemas técnicos e operacionais. Durante o Repórter Brasil Tarde, a apresentadora chamou um jornalista que estava ao vivo da Praça da Sé, em São Paulo. Ele não sabia que estava ao vivo e ainda se aprontava para entrar no ar. Logo em seguida, a apresentadora chamou uma jornalista que estava em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, e o problema se repetiu. A jornalista não recebia o áudio do estúdio e conversava com a equipe técnica.

Início da cobertura

Os plantões começaram às 14h, quando houve a interrupção de parte da programação da TV Brasil. Nos dois primeiros plantões, não havia muito o que mostrar. Os locais onde os atos iriam

acontecer ainda estavam vazios ou em preparação. Em determinado momento, por exemplo, a apresentadora do Rio de Janeiro chamou o repórter dizendo que ele acompanhava a “movimentação pré-manifestação” o que deixou claro que a mobilização ainda era mínima. Entradas ao vivo em ambientes de preparação levam à percepção de uma cobertura ansiosa.

Interrupção do programa Sem Censura

O Sem Censura entrou no ar às 17h e foi cortado para dar lugar ao plantão das manifestações, sem que o público sequer fosse informado de que o programa não continuaria. A edição do Sem Censura era dedicada a discutir a transexualidade e o tema estava sendo desenvolvido de modo interessante. Ao final do primeiro bloco, a apresentadora chamou o intervalo e disse que a conversa iria continuar no segundo bloco. O Sem Censura não voltou ao ar. O plantão das manifestações seguiu ininterruptamente até às 20h30, quando começou a novela Windeck. A falta de comunicação sobre as decisões de programação que são tomadas intempestivamente é um desrespeito ao telespectador, neste caso o que regularmente acompanha o Sem Censura e aos próprios entrevistados, repetindo uma falha recorrente que há muito não se repetia. A cobertura da manifestação é um fato planejado e nada de excepcional estava ocorrendo que justificasse a decisão. A notícia que levou à interrupção do programa trazia, apenas, a informação sobre os primeiros deslocamentos do público ao longo da Esplanada dos Ministérios, o que poderia ter sido exibido em um rápido flash dentro do programa, sem prejuízo de nenhuma das partes

Agendamento das manifestações

Em alguns momentos, a cobertura teve comentários que excederam a função de informar, para sugerir ao telespectador, ainda que de forma velada, a participação na mobilização. Esse agendamento da manifestação ocorreu, em especial, nos comentários repetitivos feitos pelo apresentador de Brasília sobre a participação dos trabalhadores. No primeiro comentário desse tipo, ele falou que a passeata em Brasília foi antecipada e “é possível, então, que as pessoas que começam a sair do trabalho, a partir de agora, possam ou não, de acordo com a preferência de cada um, participar da manifestação.” Minutos depois, ele voltou a reafirmar: “muitas das pessoas ainda trabalham neste momento. A esperança dos organizadores é que boa parte das pessoas se some ao movimento, se some à passeata que desce a Esplanada e que se dirige ao Congresso”. E ainda: “E os manifestantes continuam a descer em frente ao Congresso Nacional e engrossar a manifestação no gramado entre o Palácio do Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso. Uma área muito grande e que precisa de **muita gente** para ocupar aquilo lá”. A transcrição do texto não carrega a parte não verbal do discurso – entonação, modulação de voz e expressões faciais – que compromete o equilíbrio que se espera em uma transmissão jornalística.

Comentário especulativo

Apesar da experiência e respeitabilidade dos comentaristas das bancadas de São Paulo e Brasília, em certas ocasiões as afirmações foram mais especulativas do que argumentos sólidos. Próximo do fim da cobertura das manifestações, por exemplo, um dos comentaristas, que estava no estúdio da capital paulista, afirmou que “existem suspeitas, com algumas delas documentadas, que alguns desses movimentos radicais de direita golpista são financiados por entidades

estrangeiras". Para esse comentarista, alguns dos movimentos que participam contra o governo são patrocinados por instituições internacionais e, conforme ele próprio disse, as suspeitas são "documentadas". No entanto, como o fato não é plenamente comprovado, logo em seguida, o próprio comentarista se contradiz: "A gente não tem ainda uma documentação precisa sobre isso, mas há uma suspeita forte". Esse comentário é inadequado e carece de fundamento jornalístico para ser dito na bancada da emissora pública. É o mesmo que fazem veículos da imprensa comercial quando dizem que o esquema de corrupção da Petrobras era de conhecimento do Palácio do Planalto, sem a preocupação em demonstrar se a afirmação é real ou um factóide para insuflar a população contra o governo.

Discurso contra o "golpe"

Os âncoras e os comentaristas da TV Brasil assumiram em seus discursos a perspectiva de que há um golpe em curso no país. Por mais que concordemos com isso, dos comentaristas e âncoras o público espera explicações equilibradas que os ajudem a entender como e porque fala-se em golpe. Mas o que se viu foram tomadas de posições pessoais, discursos por vezes inflamados, e total alheamento em relação ao público que eventualmente estava assistindo de casa. Na tarja a tela se lia: "atos contra o impeachment e pela democracia"; na manifestação anterior, a tarja trazia: "atos contra o golpe e pela democracia". Por mais que esses fossem os nomes dados aos atos pelos manifestantes, estampá-los durante a cobertura faz parecer que a TV Brasil se transformou em um palanque, abrindo mão de seu papel de esclarecer e informar. A fala do âncora de Brasília também leva a essa percepção: "hoje a manifestação é de um lado só. É a manifestação das pessoas que pedem a continuidade da democracia no país". Em praticamente todas as participações dos repórteres ao vivo, fala-se a mesma coisa, como um bordão: "hoje a manifestação é a favor da democracia e contra o golpe". Dessa forma, a TV Brasil, que deveria buscar um discurso equilibrado, se incorpora à polarização política que está presente em diversas estruturas do país. Se "hoje" é a manifestação daqueles que querem a continuidade da democracia, o outro lado é formado por "golpistas" que querem uma ruptura. É isso que a emissora diz ao ter seu principal apresentador e os repórteres replicando um discurso que só serve para aprofundar as divisões políticas atuais.

Participação adequada dos repórteres

Os repórteres fizeram um trabalho adequado. O relato foi objetivo e com uma precisa descrição do que acontecia em cada local. O único ponto a ser revisto é a repetição insistente da frase "hoje a manifestação é a favor da democracia e contra o golpe", que demonstra a incorporação da TV Brasil no discurso de polarização política do país. Outro ponto positivo foi a condução da bancada do Rio de Janeiro. A postura da apresentadora foi equilibrada com intervenções e perguntas que não denotam parcialidade política ou defesa partidária. Junta-se a isso a habilidade de vídeo para lidar com eventuais problemas técnicos. Como aconteceu também em outras ocasiões, os convidados do Rio de Janeiro foram técnicos que fizeram explicações e comentários com embasamento sólido, sem enviesar para opiniões que soam como um posicionamento particular. E com isso ganharam em credibilidade, deixaram claro para o público o que realmente está acontecendo no país, sem resvalar para proselitismos de qualquer natureza ideológica.

Agência Brasil e Portal EBC

Cascas de banana no caminho da notícia

Em matéria publicada em 1/3 pela Agência Brasil, houve várias informações erradas sobre as eleições primárias que serão realizadas hoje nos Estados Unidos, onde os delegados às convenções partidárias serão escolhidos em treze estados e um território na mesma data, conhecida como Super Terça-Feira.

O processo pelo qual os candidatos à Presidência são nomeados é complexo e as regras variam de acordo com o estado e o partido. No entanto, existem padrões que tornam o processo um pouco mais compreensível, tanto para os próprios eleitores como para os leitores que se interessam pelo assunto.

Apesar de o correspondente da Agência Brasil estar baseado nos Estados Unidos, ele reproduziu os erros que estão publicados na Wikipédia – inclusive com texto bem semelhante – e que também foram replicados por vários sites brasileiros.

Na reportagem, o correspondente diz o seguinte: “Em alguns estados haverá eleições primárias, em que o eleitor vota diretamente em algum delegado. Em outros estados haverá assembleias que, nos Estados Unidos, são denominadas *caucuses*. Nas primárias, os eleitores são independentes. No caso dos caucuses, os eleitores são militantes partidários”.

Há dois erros na explicação. Primeiro, os eleitores nos estados que adotam eleições em vez de assembleias votam em algum delegado, nos estados onde são os nomes dos delegados que aparecem nas cédulas. Em outros estados, o voto é para o candidato e a indicação dos delegados é feita posteriormente pelos partidos, de acordo com regras que também variam de acordo com o estado e o partido.

O segundo erro é que a diferença entre as eleições primárias e as assembleias não determina quem participa no pleito. Tanto nas eleições primárias quanto nas assembleias o voto pode ser aberto, fechado ou misto.

Quando o processo é aberto, o eleitor pode optar pelo partido em cujo pleito quer participar. Quando o processo é fechado, a participação no pleito é restrita aos eleitores filiados ao partido. Nos casos mistos, o pleito é aberto aos eleitores filiados ao partido e aos eleitores independentes.

Nas eleições de Super Terça-Feira, haverá primárias abertas em 7 estados, primárias fechadas em um estado, primárias mistas em um estado, assembleias abertas em um estado e um território e assembleias fechadas em 2 estados.

Trecho do artigo "[Super Terça](#)" na Wikipédia

"Em alguns estados fazem-se eleições primárias, votando-se directamente em algum delegado; em outros realizam-se *caucus*. No primeiro caso podem votar eleitores independentes, os quais só podem participar na votação de um partido; no segundo caso, só participam os militantes."

Faltou dizer ao público como reclamar

Na quinta-feira, 10/3, a Agência Brasil publicou uma matéria sobre as mudanças que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) está propondo relativas aos direitos dos passageiros em viagens aéreas - [Proposta da Anac prevê cobrança de qualquer bagagem despachada em voo doméstico](#). O item que mais chama atenção, tanto que foi o título da matéria, é a cobrança de toda a bagagem despachada em voos domésticos.

A informação apresentada na matéria foi completa no que diz respeito à aplicação da medida, se aprovada, mas deixou de explicar a motivação. Esta lacuna foi suprida em uma suíte - Associação critica proposta de mudança nas regras para o transporte aéreo - publicada na segunda-feira seguinte (14), na qual a reportagem ouviu as críticas da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

O que ainda faltou, no entanto, foi a informação de como os leitores podem participar nas audiências públicas citadas na cobertura. Esta informação está disponível em uma página no site da Anac.

Agência Lusa precisa de edição e revisão de seus textos

Mais uma vez compete apontar a necessidade de que as matérias da Agência Lusa, reproduzidas pela Agência Brasil, passem por edição e revisão antes de serem republicadas. Em uma reportagem (16/3) sobre uma ação policial antiterrorista realizada na Bélgica - [Polícia belga continua buscas a dois terroristas em Bruxelas](#) -, além da falta de concordância em uma das frases, o parágrafo final evoca mais uma cena de uma comédia "pastelão" do que uma operação policial antiterrorista.

Falta de concordância (no quinto parágrafo):

"A entrevista foi tão concorrida que **as revistas individuais** aos mais de 100 jornalistas que compareceram **durou** mais de uma hora".

Parágrafo final: "A procuradoria federal informou ainda que um homem deu entrada em um hospital de Bruxelas com uma perna quebrada, mas que ainda não pôde ser ouvido pelas autoridades policiais, que procuram pistas de uma eventual relação com os tiroteios de Forest, já que a pessoa que levou o indivíduo ao hospital fugiu assim que a polícia local chegou ao estabelecimento hospitalar".

Um bom trabalho, mas de difícil acesso ao leitor

Na quinta-feira, dia 17/3, o Portal EBC fez uma cobertura especial sobre o segundo ano da Operação Lava Jato, com duas reportagens longas – “Dois anos da operação Lava Jato: entenda cada fase” e “Saiba por que a Lava Jato é considerada a maior investigação da história do Brasil” - e uma linha do tempo, “Lava Jato fase a fase”, com fotos e textos que correspondem a cada uma das vinte e quatro fases da operação até a data do fechamento da edição.

Depois de publicada, a cobertura sumiu por alguns dias, mas no dia 21/3, ela reapareceu na capa do Portal, agora com mais uma fase, a 25ª, apelidada “Polimento”, realizada hoje mesmo.

Há três observações a serem feitas sobre a cobertura. Primeiro, a pesquisa foi extensa e uma abundância de informações foi oferecida aos leitores. Na linha do tempo, a divisão das informações e a atração visual do formato facilita a leitura. Nas duas matérias longas, porém, somente um leitor muito concentrado consegue chegar ao fim sem ter perdido muitos dados no excesso de informação.

Segundo, da cobertura especial, apenas a linha do tempo foi republicada, sem as outras duas matérias, que somente podem ser acessadas através do dispositivo de busca no site. Nem o item “Lava Jato” no quadro “Temas do Momento” na capa do Portal permite este acesso, pois todas as matérias relacionadas na lista são da Agência Brasil.

Terceiro, a interatividade dos leitores com o conteúdo sofre da mesma dificuldade que já foi observada em outras ocasiões em relação às reportagens especiais da Agência Brasil. Falta uma indicação de como rolar o texto. No caso do conteúdo do Portal, quando o leitor clica na chamada aparece uma foto que ocupa a tela inteira com as palavras “Lava Jato fase a fase”. Não há nada, nem na foto nem na chamada da capa, para alertar o leitor que é necessário arrastar o mouse ou utilizar as setas direcionais no teclado para prosseguir. Com uma exceção, as reportagens especiais atualmente disponíveis na capa do site da Agência Brasil continuam a sofrer do mesmo defeito. Estes conteúdos, que exigiram tanta preparação e que mostram tanta competência das equipes de reportagem, merecem ser um pouco mais amigáveis para os leitores.

O “saiba mais” deve ser um aliado da informação correta

No dia 17, o Portal EBC publicou uma matéria, do tipo “Saiba Mais”, para os leitores entenderem melhor a referência feita pelo juiz Sérgio Moro, quando ele citou o caso Watergate para justificar o grampo das ligações telefônicas da presidenta Dilma - Por que o caso Watergate foi citado pelo juiz Sérgio Moro? Só que na primeira versão a explicação foi exclusivamente da perspectiva do juiz, que utilizou a decisão da Suprema Corte dos EUA no caso Watergate como precedente que mostra que a privacidade das comunicações dos primeiros mandatários não é inviolável.

Dois dias depois (19), a matéria foi atualizada para acrescentar as observações da presidenta Dilma feitas em discurso em Feira de Santana/BA, apontando uma diferença importante entre os dois casos. Enquanto as fitas que a Suprema Corte obrigou o presidente Nixon a entregar tinham sido gravadas por ele mesmo, as fitas gravadas no Brasil foram produzidas através de grampos autorizados pelo próprio juiz Moro.

A alteração foi necessária, mas deixou a discussão ainda no nível da divergência entre as interpretações de dois dos protagonistas principais envolvidos no embate; e o que foi corrigido se referiu a apenas a um dos aspectos do procedimento do juiz no caso brasileiro.

Tão ou mais importante que a violação da privacidade foi a divulgação dos conteúdos. Neste aspecto a comparação entre os dois casos também teria sido reveladora. No caso Watergate, a decisão da Suprema Corte veio depois de meses, durante os quais o Nixon e seus advogados recorreram a uma série de manobras para não entregar as fitas. Os conteúdos foram divulgados no contexto de um processo de impeachment que já estava nas etapas finais. Aqui foi completamente diferente. O alvo do grampo não foi a presidenta Dilma, foi o ex-presidente Lula, que está sendo investigado, mas ainda não foi formalmente acusado de nada. E a divulgação dos conteúdos foi imediata.

Retórica não justifica nem esclarece os fatos

“[Deputado do PT do Rio diz que vai pedir impeachment de Gilmar Mendes](#)”. Este foi o título de uma matéria publicada pela Agência Brasil em 20/3.

A matéria informou que o autor desta declaração, feita em um debate em praça pública na cidade do Rio de Janeiro, foi o deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), ex-presidente da seccional fluminense da Ordem dos Advogados (OAB). Damous acusa o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de atitudes que, nas suas próprias palavras, “desonram a toga”.

Pelo fato de o deputado ter sido presidente da OAB, seccional Rio de Janeiro, e se referir a uma petição pronta, é de se supor que exista fundamentação jurídica para o ato, mas a reportagem não registra qualquer informação substancial que esclareça isso, embora, sem aspas, afirme que o fato motivador da ação foi Gilmar Mendes ter suspenso a posse do ex-presidente Lula no cargo de ministro-chefe da Casa Civil, devolvendo ao juiz federal Sérgio Moro os processos que o envolvem nas investigações da Operação Lava Jato.

Em todo o texto, a reportagem registra apenas as críticas do deputado ao ministro e à OAB nacional, que se posicionou a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. As críticas não trazem argumentação jurídica, mas parecem ter um caráter meramente pessoal: “Eu já tenho uma petição pronta, mas tenho que atualizar porque ele [Gilmar Mendes] fala besteira todos os dias. Ele desonra a toga todos os dias, então eu tenho que acrescentar isso à petição”.

Além disso, o deputado fez outras observações que, para a reportagem, indicam que ele considera o ministro um “militante partidário”:

“Segundo o deputado, Gilmar Mendes é um militante partidário: ‘Eu acho até que o Gilmar Mendes na Câmara dos Deputados seria um ótimo parlamentar do PSDB, porque os que estão lá são uma porcaria. Ele deveria largar a toga, tentar se eleger e ir para lá, ele faria um ótimo papel lá. Mas o que ele está fazendo é desonrar o Poder Judiciário brasileiro, desonrar o Supremo Tribunal Federal’ ”.

Apesar de ter um “Saiba mais” com os links para duas matérias, a edição não ofereceu outras informações para substancializar a hipótese de cassação do mandato de um ministro do STF.

“Desonrar a toga” e ser “militante partidário” são meras figuras de linguagem e não resolvem a necessidade de clareza da informação.

Explicar as chances de a petição ter sucesso daria à matéria uma justificativa jornalística para o espaço de dez parágrafos que lhe foi concedido. Da forma como está, o assunto não renderia mais do que uma simples nota. Para o leitor, pode ficar a impressão de que tudo é apenas retórica sem fundamento jurídico, ao estilo das postagens de Facebook, onde as partes antagônicas se ofendem e são “curtidas” por suas próprias torcidas.

Título genérico confunde a história de presos políticos em Cuba

Quem leu a manchete “Dissidentes cubanos começam a ser libertados”, de uma matéria reproduzida da Lusa pela Agência Brasil (21/3), poderia imaginar que a visita do presidente dos EUA a Cuba já tivesse surtido um efeito inesperado apenas um dia depois da chegada de Barack Obama em Havana. Inesperado porque, embora uma das plataformas do governo dos EUA nas negociações de reabertura das relações com a Cuba seja o fortalecimento dos direitos humanos na ilha, particularmente a liberdade de expressão e o repúdio à violência pelo governo cubano no trato com seus opositores, o governo cubano já tinha afirmado que “a discussão de políticas internas [estava] ‘fora da mesa’”, como foi constatado em outra matéria publicada dois dias antes (19/3).

No texto da matéria a ambiguidade do título foi dissipada. Os dissidentes aos quais a manchete se referia não eram os presos políticos do regime, mas os participantes de uma marcha que acontece todos os domingos em Havana e há 46 semanas consecutivas termina com a detenção dos participantes, que são soltos em seguida. O título da reportagem da Agência EFE (espanhola), citada na matéria como a fonte das informações da Lusa, foi mais preciso: “Liberados varios disidentes que fueron arrestados tras la marcha de las Damas de Blanco”.

Há, evidentemente, uma ligação entre os dois grupos, mas este detalhe também foi omitido na cobertura. As marchas são organizadas por Las Damas de Blanco, citadas na matéria sem mais informações. Las Damas de Blanco, de modo semelhante às Mães da Praça de Maio, na Argentina, é um movimento que reúne mães, esposas e filhas dos presos políticos do regime, cujo número é estimado em algumas dezenas.

Outro equívoco na matéria da Agência Brasil diz respeito ao período da detenção dos participantes da marcha de domingo. A matéria da Agência Brasil, que foi publicada às 8h08 da segunda-feira (21), constatou que “os dissidentes cubanos detidos ontem (20) em Havana, após uma marcha do movimento Damas de Blanco, começaram a ser libertados hoje”. Não temos acesso à reportagem da Lusa para saber onde exatamente ocorreu o equívoco, na cadeia de reproduções. Observou-se apenas que a reportagem da EFE foi publicada em 20/3. Ou seja, os dissidentes – ao menos alguns deles – foram soltos no mesmo dia, não no dia seguinte. Esta informação, sim, pode ter alguma relevância do ponto de vista de uma possível consequência da presença de Obama em solo cubano, pois em outras ocasiões os detentos das marchas ficaram presos por até 48 horas. Por outro lado, segundo as informações veiculadas no site de, entre 450 e 500 pessoas foram detidas na ilha no período 19/3 a 23/3.

O agendamento do encontro de Obama com os dissidentes cubanos em 22/3 foi noticiado em duas matérias, mas não houve cobertura do encontro. No entanto, as informações também poderiam ter sido encontradas no site do movimento Las Damas de Blanco.

Uma festa muito boa

A reportagem que a Agência Brasil publicou em 24/3 sobre a festa dos "karetas" em Jardim/CE ficou muito boa - [Festa dos "karetas" reúne mascarados em cidade do Ceará há dois séculos](#). A matéria foi interessante para quem não tinha conhecimento das celebrações dos mascarados no período pascal; para quem, eventualmente, já estivesse familiarizado com estas celebrações em outras cidades, como em Pirenópolis, no estado de Goiás, por exemplo, a matéria ampliou o olhar. Ao destacar os elementos da diversidade regional e do sincretismo religioso-cultural que caracterizam o evento, a reportagem atendeu plenamente a um dos objetivos dos veículos da mídia pública de dar acesso e aprofundar os conhecimentos do povo sobre si mesmo. As observações dos dois entrevistados – o artista plástico responsável pela organização do evento e um teatrólogo e folclorista cearense – acrescentaram informações valiosas sobre as origens e as transformações históricas e os significados antropológicos e culturais do fenômeno, além de mostrar como se administra a festa e o que se faz para garantir sua continuidade. As fotos, de um fotógrafo que não é da equipe da Agência Brasil, complementaram bem o texto.

Outra matéria, também produzida por um dos correspondentes da EBC fora do eixo Brasília-Rio de Janeiro-São Paulo - [Procissão cultural encena lendas do folclore popular nas ruas de Mariana](#), fez uma cobertura interessante da Procissão das Almas, uma manifestação cultural em Mariana/MG, que não é de mascarados e não tem uma relação direta com a Páscoa, mas ocorre na Semana Santa e se baseia em uma mistura de lendas e fatos históricos locais. É outro exemplo da diversidade cultural regional, que a designação dos repórteres da EBC para outras capitais contribui para valorizar.

O desafio de traduzir números

Em duas matérias publicadas na semana de 21 a 25/3, a Agência Brasil relatou as alterações e as ampliações que o Ministério de Educação (MEC) se propõe a fazer em três programas já existentes para garantir a alfabetização de crianças e jovens no ensino fundamental.

[MEC unirá esforços de três programas para alfabetização de crianças e jovens](#)

[MEC amplia ações do Pacto Nacional pela Alfabetização](#)

As instituições de ensino superior e os sistemas públicos de ensino estaduais e municipais serão os parceiros do MEC neste esforço, que em uma das matérias foi chamado Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), embora este possa não ser o nome correto, porque o mesmo nome foi utilizado na outra matéria para se referir a apenas um dos três programas que o MEC pretende unificar.

Do ponto de vista burocrático, a abordagem foi adequada, explicando as metas e os alvos principais dos componentes do Pacto. Vários dados foram apresentados para indicar que o alcance

do projeto, se e quando for implantado, será grande, em termos do número de escolas e municípios onde os programas serão aplicados, do número de diretores de escolas que receberão formação especial e dos valores das bolsas que serão criadas para incentivar os professores e outros profissionais do ensino a aderir ao Pacto e participar em cursos de formação continuada.

Houve até dados do Censo Escolar de 2015 sobre as taxas de reprovação dos três primeiros anos do ensino fundamental: 2,5% no 1º ano, 3,7% no 2º ano e 12,2% no 3º ano. Estas informações, no entanto, constituem apenas “a ponta do iceberg” no que diz respeito a um problema que, segundo o ministro da Educação, citado em uma das matérias, se caracteriza pela forma de “estudantes com alfabetização incompleta no 5º ano, de acordo com resultados da Prova Brasil”. A citação continua com a observação do ministro de que: “Elas [as escolas onde 70% destes alunos se concentram] são o maior desafio da alfabetização no Brasil”.

Para ter uma contextualização que desse aos leitores uma noção minimamente objetiva da magnitude do problema dos atrasos - alunos fora da série que corresponde a sua faixa etária e das deficiências na alfabetização dos alunos nas escolas brasileiras, as estatísticas sobre o número de escolas onde há maior concentração desses alunos e sobre as taxas de reprovação nos primeiros anos não substituem as informações básicas que faltaram. Informações simples, como, por exemplo, quantos são os alunos no 5º ano com alfabetização incompleta e qual o percentual que eles representam do total. Informações básicas que nem as duas matérias nem as matérias com links no “Saiba mais” de uma delas forneceram.

Histórias sem fim

A Lei do Antiterrorismo, que foi tema de reportagens da Agência Brasil quando o projeto (PL 2016/15) tramitava na Câmara dos Deputados, em agosto, e no Senado, em outubro do ano passado, voltou à pauta em fevereiro deste ano, quando o projeto voltou à Câmara, que o aprovou, rejeitando as mudanças introduzidas na versão aprovada no Senado.

Na volta à pauta, a Agência Brasil publicou duas matérias, a primeira (24/2) sobre a aprovação definitiva do projeto na Câmara - [Câmara aprova projeto sobre crime de terrorismo; texto vai a sanção presidencial](#) -, e a segunda (27/2) sobre as restrições feitas por entidades da sociedade civil ao texto final que foi aprovado - [Sociedade civil defende veto presidencial a projeto de lei antiterrorismo](#). A segunda matéria também citou as recomendações de quatro dessas entidades em relação ao próximo passo, isto é, o sancionamento da proposta pela presidenta Dilma. Três pediram que a presidenta vetasse o projeto integralmente. Uma pediu que ela vetasse alguns artigos. Mesmo com a retirada das modificações feitas no Senado, a polêmica que surgiu em torno do assunto, no ano passado, durante a tramitação do projeto, continuava. Para os críticos, o texto ainda dava margem ao enquadramento judicial de atos praticados por manifestantes em protestos sociais como atos de terrorismo.

Para a cobertura da Agência Brasil, no entanto, o assunto parou por aí. Não foi noticiado que em 17/3 a presidente sancionou a lei com oito vetos. Se os leitores da Agência Brasil quisessem saber qual o fim dessa história, teriam que procurar as informações em outros veículos.

Formação inadequada

Uma matéria publicada pela Agência Brasil em 28/3, com o título “[Quase 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada](#)”, acompanhou a apresentação do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, na divulgação de dados do Censo Escolar 2015, referentes ao corpo docente nas escolas públicas brasileiras. Independentemente do recorte feito nos dados, o texto da matéria evidenciou a situação apontada no título: há muitos professores que dão aulas em matérias para as quais eles não tiveram a preparação acadêmica adequada, do ponto de vista tanto do conteúdo da matéria em si quanto da didática apropriada para o ensino daquele conteúdo.

Dito isso, houve erros em alguns detalhes que deixaram o texto mais vago e confuso do que precisava ser. Em primeiro lugar, faltou esclarecer que os dados não abrangem todo o corpo docente da rede pública, senão os professores efetivos que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Segundo, a apresentação fala ora em professores, ora em posições. Em princípio, a diferença não é difícil de entender. A matéria deixou claro que isto se deve ao fato de um mesmo professor dar aula em mais de uma disciplina. No entanto, a partir deste ponto a clareza diminuiu. De acordo com a matéria, o grupo dos professores com a formação inadequada ocupa 52,8% do total de 709.546 posições e o grupo dos professores com a formação ideal ocupa 47,2%. Mas em seguida aparece um terceiro grupo, 90.204 professores que não têm sequer formação superior e ocupam 12,7% das posições. Algo está errado quando o total excede 100% e não existe sobreposição entre os grupos.

Para tirar esta dúvida, procurou-se o texto do Censo Escolar 2015. O que está disponível na internet são arquivos compactados em quantidades muito grandes e identificadas por códigos indecifráveis por leigos. A alternativa foi consultar o artigo sobre o assunto publicado no site do MEC. Mas isto tampouco resolveu o problema, porque no artigo a cifra de 709.546 é identificada como o número de professores, não de posições. Não havendo como saber qual é a informação correta, a dúvida persiste.

A importância desses detalhes não é meramente estatística. Em outras reportagens houve informações que não foram incluídas nem na matéria da Agência Brasil nem no artigo do MEC, com os perfis dos professores sem formação adequada. Dentre eles, há perfis de professores que têm formação superior nas áreas que lecionam e outros cuja formação superior foi em outras áreas. Sem contar os que não têm formação superior. Dados referentes a estes perfis poderiam servir para mostrar que a inadequação da formação do corpo docente não se deve apenas à falta de oportunidades, como é sugerido no discurso do ministro ao anunciar medidas para abrir vagas em cursos presenciais e à distância, para atender a complementação educacional dos professores.

Há, porém, outras causas dessas deficiências. As motivações dos professores e as políticas dos gestores das escolas têm que ser levadas em conta também. O perfil de professores que têm formação superior nas áreas que lecionam, embora sem licenciatura, inclui professores que, até por questões da remuneração, não pretendem fazer carreira na atividade pedagógica. Eles se

sustentam lecionando, enquanto aguardam concursos ou chamadas para assumir cargos em outros setores, públicos ou privados. O perfil dos professores que têm formação superior em áreas diferentes daqueles onde lecionam inclui professores designados a estas posições por gestores que, por falta de recursos ou outras considerações de ordem administrativa, não contrataram professores com a formação ideal.

Ao se limitar à contextualização dada pelo ministro na sua apresentação, a matéria deixou de lembrar que as deficiências do corpo docente refletem as mazelas que prejudicam toda a rede pública de ensino no país.

Sistema de Rádios

Programa História Hoje

O programa *História Hoje* relembra fatos históricos ocorridos no mesmo dia do mês em que a edição vai ao ar. Em 9/3, o tema do programa, no Repórter Brasil da Rádio Nacional AM de Brasília, foi a estreia da ópera Nabucco, do compositor italiano Giuseppe Verdi, em 9 de março de 1842. Com exceção às referências iniciais ao local da estreia - o Teatro La Scala, em Milano - à popularidade da obra e um trecho curto do Coro dos Cativos Judeus, a reportagem toda foi um resumo do enredo, parecido aos resumos dos capítulos das novelas encontrados nos jornais e revistas. Nada sobre o contexto histórico, em que a libertação do povo judeu escravizado na Babilônia, retratada na ópera, foi adotada como uma manifestação do nacionalismo italiano contra o jugo austríaco na época da composição. Nem tampouco outros trechos musicais ou informações sobre apresentações da ópera no Brasil, como a de 2011 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que foi assunto de uma matéria da Agência Brasil. Confira em Teatro Municipal do Rio de Janeiro vai exibir a ópera Nabucco em sua íntegra.

Além disso, o dia 9 de março foi a data da partida de Lisboa da frota do Pedro Álvares Cabral na expedição à Índia em 1500 que encostou na Bahia durante o percurso. Que talvez fosse um tema mais interessante para os ouvintes.

Quando "ditadura" vira bordão

A edição de 12/3 do programa *Revista Brasil*, na Rádio Nacional AM de Brasília, levou ao ar uma matéria sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos esportes. Entre outros aspectos, a reportagem destacou algumas medidas oficiais adotadas no século XX que tratavam de definir quais os esportes que as mulheres podiam ou não podiam praticar:

"O documento [o decreto que proibia a participação das mulheres em qualquer esporte 'incompatível com as condições da sua natureza'] foi assinado por Getúlio Vargas em plena ditadura do Estado Novo, em 1941. Anos mais tarde, na ditadura militar, em 1965, o Conselho Nacional de Desportos não deixou dúvidas e listou quais os esportes proibidos para as mulheres: (...). A proibição caiu há 45 anos, mas até hoje (...)"

Esta contextualização cronológica, que associa as medidas repressivas em relação à participação feminina nos esportes aos períodos de ditadura no Brasil, poderia ser válida, se não fosse por uma coisa. Faltou uma associação para a última data citada. "Há 45 anos", quando a proibição caiu, coincide com 1971, que foi o ápice da repressão e, naquele momento, o regime civil-militar tentava se aproveitar do sucesso no esporte para conquistar apoio popular. Em muitas

circunstâncias, "ditadura" funciona bem como elemento de contextualização histórica, mas não virando bordão, como acontece às vezes na cobertura dos veículos da EBC.

Na missa, pároco chama para manifestações contra o governo

Em 13/3, domingo, dia marcado para manifestações em todo o país pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a programação da Rádio Nacional AM de Brasília, em cadeia com outras emissoras, tanto do sistema de rádios da EBC quanto parceiras, começou com uma chamada para os atos, no programa Santa Missa Dominical (7h00 às 8h00). O frei Júnior César Rosa interrompe a celebração para dizer:

"Hoje, o Brasil vem pras ruas. Daqui a pouquinho, né? (as manifestações estavam marcadas para começar às 10h00). É justo! É legítimo!"

Apesar de se tratar de um programa religioso, numa emissora pública, o pároco fez uma espécie de convocação para a manifestação contra o governo. Na sequência, de forma mais discreta, estimulou os ouvintes a persistirem, fazendo um paralelo das manifestações com passagens bíblicas:

"Mas, cuidado, não julguemos para não sermos julgados, não condenemos para não sermos condenados. Assim como o povo andou 40 anos no deserto, é preciso caminhar o tempo suficiente para que a libertação de Deus venha sobre nós".

Um programa de variedades chamado Natureza Viva

O título do programa é "Natureza Viva". Só que na vinheta, o nome é outro:

Sob o signo da sustentabilidade, está no ar... Natureza é Vida (música)... Há 20 anos trabalhando a sustentabilidade no equilíbrio do planeta.

O "Natureza é Vida" é trecho de uma música da dupla Glorinha e Renato. Foi adotada como vinheta do programa, talvez pela semelhança, e a atração acabou ficando com dois nomes. O ouvinte deve ficar confuso. Afinal, qual é o título do programa?

No entanto, o que mais chama a atenção é que o programa deveria tratar de ecologia, meio ambiente, sustentabilidade, mas esses assuntos são abordados muito lateralmente. Não foi apresentada uma só reportagem sobre ecologia, apenas entrevistas por telefone. No programa de domingo, dia 13/3, por exemplo, o assunto ecologia só apareceu aos 40 minutos e, mesmo assim, limitado a uma entrevista com a representante de um jornal sobre ecologia. Trata-se na verdade de um programa de variedades, razão pela qual devesse ter um terceiro nome – nem Natureza Viva, nem Natureza é Vida.

Assim como na transmissão anterior da Santa Missa, o Natureza Viva, logo no início, tratou das manifestações contra o governo Dilma. Diz a apresentadora:

"O dia de hoje promete intensas mobilizações pró e contra o governo (as manifestações eram apenas contra o governo – a Frente Brasil Popular tinha remarcado os atos pela democracia para o dia 18/3). Há um forte temor que os atos marcados para daqui a pouco, às 10h00 da manhã,

em várias capitais brasileiras, possam acirrar a violência entre os manifestantes e se desdobrar em fatos até sangrentos. Por isso, o recado para você que aí tá se aprontando para sair às ruas com suas bandeiras de lutas: evite provocações desnecessárias (sic) e acima de tudo o acirramento de ânimos. Lembre-se: se o seu compromisso é com o Brasil, faça valer o lema "Ordem e Progresso" e festeje a democracia que, dentre outras coisas, nos permite a livre expressão".

E entra a música "Ordem e Progresso", na voz de Beth Carvalho. A música foi gravada em outra conjuntura, com outra conotação. Mas, no dia da grande manifestação contra o governo, em que os manifestantes se habituaram a agitar a bandeira brasileira e a se vestir com as cores verde e amarela, a veiculação desta música pode ter parecido aos ouvintes um apoio à manifestação. Trechos da letra:

*Esse é o nosso país
essa é a nossa bandeira
é por amor a essa pátria Brasil
que a gente segue em fileira
Amarelos são os campos floridos
as faces agora rosadas
Queremos mais felicidades
no céu deste olhar cor de anil
no verde esperança sem fogo
bandeira que o povo assumiu*

No final da música, volta a apresentadora:

"Que bom ouvir Beth Carvalho nessa música de Zé Pinto. E sob a inspiração justamente dessa canção, Natureza Viva pretende acompanhar a movimentação das ruas a partir das informações do nosso radiojornalismo, que também já está a postos (não houve uma entrada sequer do jornalismo). Queremos muito ouvir você".

A música nada tem a ver com o tema do programa e se casa, no contexto do dia, com os rituais dos que se manifestariam contra o governo e pelo impeachment. Os ouvintes mais atentos, de um lado e de outro, podem ter chegado à conclusão de que se tratou de posicionamento da emissora.

Engenharia sem condições de trabalho

Ouvinte do Rio de Janeiro, da Rádio MEC FM, reclamou de chiado intermitente nos horários de alguns programas dos quais se declara fã, principalmente de música clássica. Ela se diz moradora do bairro de Santa Teresa, perto da rua Gomes Freire, onde fica a emissora. A mensagem foi enviada à Engenharia, que retornou resposta dizendo que, pela narrativa, os chiados devem ser provenientes de alguma emissora clandestina, que trabalha sempre no meio de duas emissoras regulamentadas. E aconselha a ouvinte a sintonizar alguma frequência adjacente à da MEC FM (99,3 MHz) para saber se existe ou não alguma dessas emissoras.

A Engenharia pede que, em caso positivo, ela deve passar algum dado que permita a identificação dessa emissora, o que é necessário para a ANATEL ser acionada. A ouvinte voltou a entrar em contato com a Ouvidoria, reclamando de ruídos e chiados, principalmente nos fins de semana. A Engenharia foi novamente acionada e retornou resposta garantindo que os chiados não partem da transmissão, que é limpa, sem ruídos. Diz que só pode ser interferência local e sugere que a ouvinte sintonize a MEC FM em outro local, em outro receptor, para verificar como está o som neste local.

A Ouvidoria entendeu que a resposta não atenderia à expectativa da ouvinte e que a Engenharia poderia ir ao local, próximo da emissora, para verificar qual era o problema. E solicitou que fosse dado outro encaminhamento. Foi então que a Engenharia enviou uma resposta expondo os problemas que enfrenta e que não seria o caso de repassar à ouvinte. "Somente indo ao local, o que ela não informou, e munido de um medidor de campo (que não possuímos) ou um receptor padrão é que poderíamos avaliar melhor a recepção." Acrescenta que o que deve explicar a maioria das reclamações "é a questão da potência do nosso transmissor, que está operando com cerca de 1/3 da nominal, pois faltam peças de reposição".

Essa situação, diz a Engenharia, é em relação ao transmissor principal. Quanto ao reserva, a situação é ainda pior, pois necessita da válvula final, que está fraca, "o que faz com que o equipamento trabalhe com apenas 1/4 da sua capacidade. A Engenharia entende que os problemas que geram as reclamações só podem ser resolvidos com o investimento necessário na área de engenharia, "pois sem a transmissão adequada, o produto final nem chega ao ouvinte/telespectador". E termina informando que as respectivas solicitações de aquisição desses componentes já foram feitas há meses.

E como é que vamos explicar isso aos ouvintes?

Reunião do PMDB é tratada como pauta secundária

Desde que foi anunciada a reunião do PMDB, marcada para o dia 29/3, com o objetivo de decidir se continuava na base de sustentação ou se rompia com o governo, este passou a ser o principal assunto político do país. Afinal, um partido com as maiores bancadas (68 deputados e 18 senadores) tem uma força decisiva para os rumos políticos do país, sendo fundamental inclusive na questão do impeachment. No entanto, no dia D da reunião, os noticiários da Rádio Nacional AM de Brasília de maneira geral trataram o assunto como outro qualquer, sem nenhum investimento extra.

O país aguardava ansiosa e naturalmente queria notícias e opiniões sobre a reunião. O jornal Repórter Nacional, das 12h00, abordou a questão corretamente, inclusive adiantando que o PMDB deveria anunciar a decisão de rompimento com o governo e a saída de ministros e demais peemedebistas dos cargos que ocupam. Mas o tempo da matéria foi exíguo, se for considerada a importância do evento. No boletim Nacional Informa das 14 horas, faltando apenas uma hora para o início da reunião do PMDB, quando a expectativa estava no auge, a escalada por pouco não ignora o assunto: "Moro marca data de depoimento de réus da Lava Jato"; e "Diário Oficial publica exoneração de Henrique Eduardo Alves". Ou seja, o assunto foi tratado nos destaques de forma secundária e tangencialmente.

No boletim das 15 horas, exatamente 10 minutos antes de começar a reunião do PMDB, o primeiro destaque foi: "Contas de luz terão bandeira verde em abril". E, como segundo item da escalada, "Ministro do PMDB diz que quer continuar na pasta da Ciência e Tecnologia". A matéria também se referia ao assunto principal de passagem. "No mesmo dia em que o PMDB anuncia rompimento ou não com o governo Dilma, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera compareceu na (sic) Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado para tratar dos desafios da pasta este ano. Pansera ocupa um dos sete ministérios sob o comando do PMDB e é um dos que defendem a permanência do partido no governo."

O anúncio da decisão do partido foi feito pela apresentadora do programa Tarde Nacional apenas dois minutos após o término da reunião. O jornalismo, nesse caso, mostrou agilidade. Houve uma pequena imprecisão: "A partir de agora, todos os ministros do partido devem entregar seus cargos." Na verdade, não são apenas os ministros. Diz o último item da moção aprovada na reunião: "Solicitamos a imediata saída do PMDB da base de sustentação do Governo Federal com a entrega de todos os cargos em todas as esferas da Administração Pública Federal". A pequena imprecisão se justifica pela pressa em divulgar o resultado da reunião. Mas no boletim das 17 horas já devia ter sido feita a correção. No entanto, a apresentadora, lendo uma nota de menos de meio minuto sobre o rompimento, referiu-se à saída apenas dos ministros. Se tivesse se baseado na fonte primária, que é a moção aprovada, não teria havido a imprecisão.

A cobertura em geral foi ligeira, como se fosse um assunto absolutamente trivial. Talvez fosse o caso, desde que houvesse estrutura, de um maior investimento, de valorização do assunto dada a sua importância. Não foi ouvida a voz de nenhum participante dos acontecimentos ou que tenha sido afetado pela decisão. Não houve nenhuma entrevista, não se divulgou nenhuma análise sobre o que poderia acontecer na reunião e, concluída, sobre quais seriam os desdobramentos. No boletim Nacional Informa das 16 horas, o primeiro depois da reunião, há uma entrada de repórter ao vivo diretamente da Câmara não ouvindo participantes, mas apenas informando o que disseram Eliseu Padilha, secretário-geral do partido, Eduardo Cunha, presidente da Câmara, Pauderney Avelino, líder do DEM e, do lado do governo, o líder do PT, Afonso Florence. Não houve qualquer referência a pelo menos um item da moção aprovada, que chama muito a atenção e que parece ironia: "Considerando as graves denúncias de participação de integrantes do Governo Federal em escândalos de corrupção". Não haveria uma forma de repercutir esse item da moção, que é uma das justificativas para o rompimento, junto a representantes do PMDB e também do governo?

No programa Tarde Nacional, depois de uma entrada ao vivo diretamente do Congresso, a apresentadora faz uma série de perguntas que deveriam ter sido respondidas pela própria emissora, por meio de reportagens e análises, mas não foram: "A sociedade discute e pensa: e agora, quais serão os próximos passos? Os ministros que ainda estão ocupando seus cargos vão colocá-los à disposição? A presidenta Dilma Rousseff vai nomear quem? Existem outros aliados? Qual vai ser a estratégia do governo neste momento de tentar contornar a situação do impeachment que está tramitando na Comissão Especial da Câmara dos Deputados? Muitas incertezas, momento meio confuso na política, todos os cidadãos aguardam uma definição sobre o que vai acontecer. E esperam ansiosos para definir um pouco mais o futuro do nosso país."

Músicas, autores e intérpretes anônimos

No boletim edição 258, do dia 4/4, publicamos uma análise do programa "Alô, Brasil", sob o título "O ouvinte merece respeito". O programa é apresentado pela Rádio Nacional AM de Brasília das 3h00 às 6h00 da madrugada. Foram verificados vários problemas num pequeno trecho de meia hora, das 5h20 às 5h50, do programa do dia 22/3. Nesse intervalo, foram veiculadas dez músicas. Seis delas sem nenhuma identificação e quatro tiveram apenas o nome do intérprete identificado e, em todos os casos, erradamente.

Como comparação, a Ouvidoria analisou um trecho do programa Nossa América, veiculado pela Rádio MEC AM no dia 29/3, mas produzido pela Rádio Nacional FM do Rio de Janeiro. Ao término de um pacote de três músicas, a locução informa respeitosamente ao ouvinte os dados de cada música: intérprete ou intérpretes, autoria e título da música: "Você ouviu o grupo vocal paraguaio Generación interpretando Nde Resa Jajái, um poema de Carlos Frederico Abente, musicado por Alejo Benitez. Antes, tivemos Pájaro Choguí [Pássaro azul], um clássico paraguaio, do índio Pitaguá. Primeiro, Tico-tico no Fubá, de Zequinha de Abreu, com os violonistas Paco de Lucia e Ramón de Algeciras. Para finalizar, a tonada chilena Yo vendo unos ojos negros, de Pablo Ara Lucena, com o violão flamenco de Paco de Lucia e Ramón de Algeciras. De reparo, observamos apenas a pouca familiaridade da locução com a língua espanhola".

No bloco seguinte, na Madrugada MEC, igualmente, no final de cada bloco de três músicas, são divulgados os dados de cada uma. Na MEC AM fica patente o respeito ao ouvinte.

Passada exatamente uma semana, no dia 29/3, a Ouvidoria decidiu verificar se houve algum progresso no programa Alô, Brasil, no mesmo horário analisado anteriormente, das 5h20 às 5h50. O esquema continua o mesmo. Uma voz anuncia unicamente o nome do (a) intérprete da música que se segue e não diz absolutamente nada sobre as duas músicas que entram na sequência. No primeiro bloco, uma voz anuncia unicamente: Bethânia. E entra a cantora interpretando Explode coração, de Gonzaguinha. A música que se segue, "anônima", é Eu te amo você, de Kiko Zambianchi, na voz de Marina Lima. A última, também "anônima", é Natural, de Emmer-son Nogueira, interpretada por Tavinho Moura.

Apesar da falta absoluta de informações sobre as obras, o que prejudica não apenas os ouvintes mas, também, os autores e intérpretes, a intervalos regulares entra a vinheta: Alô Brasil, música, informação e muito alto astral. A única diferença desta edição do Alô Brasil, de 29/3, em relação ao programa analisado em 22/3, é que, desta vez, não erraram no nome dos intérpretes.

Ouvidoria nos veículos da EBC

Programas da Ouvidoria

A situação dos programas da Ouvidoria nas rádios e na TV Brasil permanece a mesma que foi referida em relatórios anteriores. As dificuldades administrativas para formação da equipe de produção ainda não foram superadas, inviabilizando os projetos. Somente a Coluna da Ouvidoria vem sendo publicada, ainda em página única na Agência Brasil, com inserção no Portal EBC, na seção "Também na EBC". Os arquivos e *links* das publicações ficam armazenados na página da Ouvidoria. Por motivos operacionais, no mês de fevereiro foi publicado apenas um texto na Coluna da Ouvidoria, reproduzido abaixo.

Colunas da Ouvidoria

O implícito na produção da notícia

As regras técnicas jornalísticas tentam salvaguardar, nem sempre com sucesso, a notícia da interferência subjetiva dos que participam da sua produção – repórteres, editores, pauteiros, redatores. Às vezes, nesse complexo processo de enunciação, o discurso acaba resvalando para o que a teoria classifica como "implícitos" e "subentendidos", que são formas de "dizer" o que não está escrito, mas que os leitores, telespectadores e ouvintes percebem, às vezes, com muita nitidez. A Ouvidoria tem recebido algumas reclamações que apontam para os discursos implícitos que se imiscuem na notícia de maneira indevida e, talvez, à revelia de seus autores, os jornalistas.

A leitora Ana Olmos, pesquisadora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, escreveu à Ouvidoria reclamando, entre outras coisas, de uma matéria publicada pela Agência Brasil. Na opinião dela, a Agência destacou, no título, o aspecto mais negativo do assunto. A matéria, que pode ser lida [aqui](#), refere-se a uma reportagem publicada na revista *The Economist*, sobre os acontecimentos recentes e o panorama político no Brasil.

Diz a leitora: "...enquanto o *The Economist* diz que o impeachment abriria precedentes preocupantes, a escolha da Agência Brasil para a chamada [título] foi: "*The Economist*: saída de Dilma daria a chance de um 'novo começo'." Ana prossegue, dando garantias de sua adesão à mídia pública: "A EBC, neste momento, é a única alternativa para o cidadão telespectador que não confia na mídia tradicional, altamente partidarizada. É muito urgente que a EBC cumpra seu papel."

Antes de encaminhar a reclamação da leitora à Agência Brasil, analisamos a matéria e fomos também à fonte original das informações. A reportagem da revista britânica é abrangente e analítica, enquanto em seis curtos parágrafos a Agência selecionou alguns dos diversos aspectos

tos tratados na revista. E o menos importante, temos que concordar com a nossa leitora, é a frase de efeito que deu título à matéria.

Talvez nossa leitora não tenha percebido, mas o primeiro parágrafo da reportagem – o famoso lide, onde se destaca o elemento principal da notícia – além de repetir o título, também não apresenta qualquer informação revelante:

*"Artigo publicado pela revista britânica *The Economist* diz que a saída da presidenta Dilma Rousseff do poder daria ao Brasil a chance de um "novo começo". Para a revista, "a maneira mais rápida e melhor para Dilma deixar o Planalto seria renunciar antes de ser derrubada".*

Como se pode ver, são apenas obviedades, sem qualquer informação relevante: o fim de todo ciclo naturalmente dá lugar a um "novo começo"; mais óbvio ainda é o fato de que a renúncia seria um caminho mais rápido do que, por exemplo, o processo de impeachment ou ser "derrubada".

Na matéria da Agência, a opção por destacar aspectos negativos no título e no lide não é coerente com as afirmações contidas nos demais parágrafos, onde temos referências que se poderiam considerar positivas, do ponto de vista da leitora:

"...a renúncia não resolveria os problemas do Brasil."

*"A guerra política do Brasil camufla algumas das lições mais importantes da crise."
"A revista defende ainda que o impeachment de Dilma, diante da ausência de provas criminais, seria injustificado."*

"A publicação diz que um impeachment baseado na "voz das ruas", abre um precedente preocupante. "Democracias representativas não deveriam ser governadas por protestos e pesquisas de opinião"."

"The Economist considerou violação de privacidade a divulgação da conversa telefônica entre a presidenta Dilma e Lula."

Mas como dissemos no começo dessa conversa, o enunciado de uma reportagem é fruto de um conjunto de enunciadores. No entanto, mesmo dessa forma heterogênea, o processo que antecede o ato de enunciar – ou seja, decidir a pauta, reportar, redigir, editar a matéria –, supõe a mobilização de tudo que o cada um guarda originalmente em si, sua subjetividade, onde residem crenças, valores, vivências, preferências de toda ordem.

A observância dos critérios técnicos e dos valores do jornalismo é a única forma de evitar que o texto "fale" para os leitores aquilo que nem mesmo se quis dizer. Ao editor final cabe a delicada tarefa de salvar a todos de si mesmos.

TV Brasil na cobertura dos atos políticos de março de 2016

A questão mais sensível para a comunicação pública, aqui representada pelos veículos geridos pela Empresa Brasil de Comunicação–EBC, tem sido, e podemos dizer que sempre foi, a abordagem jornalística dos fatos que afetam o governo ou a ele dizem respeito, quer sejam positivos ou negativos. Historicamente, o público costumava reclamar à Ouvidoria usando a expressão

“chapa-branca” para definir suas impressões, considerando que muitas reportagens privilegiavam as autoridades, em detrimento dos fatos que a elas estavam relacionados. Em muitos casos, a Ouvidoria concordou com a avaliação dos reclamantes, classificando esse tipo de abordagem da pauta como “oficialista”.

Mas desde que as disputas e lances do contexto político tomaram a cena midiática, os usuários do sistema público que se manifestam à Ouvidoria, além de maior ênfase em suas opiniões, tem demonstrado uma certa ambiguidade na avaliação que fazem da cobertura dos acontecimentos políticos, notadamente os noticiados pela TV Brasil – ora consideram favorável ao governo, ora acham que é contra. Sabemos que esse assunto já foi pauta da Coluna da Ouvidoria, mas a recorrência dos apontamentos do público nos faz voltar ao tema, no intuito de oferecer uma verificação cada vez mais apurada.

A TV Brasil é a que mais recebe manifestações entre os veículos da EBC e por isso vamos aqui nos ater a ela. Na cobertura dos atos recentes contra e a favor do impeachment foi possível observar que a TV pública se comportou de maneira semelhante a um determinado veículo de notícias da mídia privada: na direção contrária, deu maior destaque às manifestações de rua do dia 18/3, e fez uma cobertura modesta das manifestações do dia 13/3. Dar igual destaque teria sido uma oportunidade de colocar, na primeira manifestação, os pontos de vista que a comunicação pública considera relevantes, sem assumir posições particulares, apenas ajudando o público a compreender os fatos para além das disputas de opinião.

As manifestações do dia 18/3 tiveram cobertura ampla, o que está correto do ponto de vista da dimensão do fato. Mas como as primeiras manifestações mereceram pouca atenção, fica a impressão de que houve favorecimento. E houve. Assim como a mídia privada também privilegiou a manifestação do dia 13/3 em sua cobertura, dando pouco destaque à outra. Mas a pergunta é: está correto, do ponto de vista da mídia pública, repetir a performance da mídia privada?

Outro aspecto inadequado que reforça a impressão de posicionamento foi a aplicação da tarja, na tela, com o nome que os movimentos deram à manifestação: “Ato em defesa da democracia e contra o golpe”. Para o telespectador, a tarja indicou algo como o título que a emissora adotou para a sua própria cobertura, o que seria equivalente à TV pública se colocar como um jogador no campo do Fla-Flu político-midiático. Se fosse praxe aplicar o nome do movimento na tarja da cobertura, o mesmo teria sido feito sobre as manifestações do dia 13.

O problema desses pequenos deslizes é que se despreza a audiência daqueles que, muito pelo contrário, querem apenas uma informação esclarecedora em que possam confiar. Em um determinado momento, o âncora de Brasília faz um largo preâmbulo, retomando referências sobre o golpe de 64, parecendo querer justificar o uso da palavra “golpe” na tela da TV. Jornalisticamente, não seria mais adequado dizer “...contra o impeachment?”

A manifestação que ocorreu em 17/3, na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, não apenas teve cobertura ampla, ancorada dos estúdios, como a antecipação do ato que sequer havia começado. E até que começasse, a imagem da arrumação sustentou um discurso militante e inflamado do comentarista. Em momentos esparsos, eram também mostradas imagens de uma manifestação a favor do impeachment, na Avenida Paulista, com pouquíssimas referências a isso no estúdio. O ato programado pelos juristas teve grande atraso e o ân-

cora justificava, como que pedindo “aguardem”, chamando a atenção para os momentos em que os participantes, ao som de uma bateria, gritavam “não vai ter golpe”. O ato começou com o discurso de um dos organizadores, seguindo-se o discurso do advogado, escritor e jurista Fábio Konder Comparato. Do ponto de vista técnico, foi uma ampla transmissão ao vivo.

Por outro lado, o ato de juristas, advogados, promotores e defensores públicos contra o impeachment e em defesa da legalidade, no Palácio do Planalto, em 22/3, teve uma atenção menor por parte do jornalismo da emissora – repórteres relatavam em suas matérias ou entradas ao vivo o que estava sendo dito nos discursos, relevando apenas curtos e desconectados trechos das falas. Na matéria principal feita após o encerramento do ato, uma longa fala da presidenta Dilma Rousseff. Do ponto de vista jornalístico, perdeu-se aí a oportunidade, entre outros aspectos, dos esclarecimentos que foram oferecidos pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardoso, sobre como estão sendo conduzidas as ações de defesa de seus “clientes”. Esta foi uma das raras oportunidades que o público teve de ouvir, direto da fonte, sem edições, as suas próprias justificativas. Mas não na TV Brasil.

Em um contexto altamente judicializado e policialesco como o que estamos testemunhando, o advogado-geral da União é fonte primária e fundamental à notícia, já que atua tecnicamente na defesa do governo e contra o impeachment. Esse é um dado jornalístico evidente e a informação vinda daí seria imprescindível para que se pudesse conhecer melhor os argumentos e defesa dos que estão sendo acusados pelos fatos e pelos principais veículos da mídia. Aliás, nesse aspecto a mídia comercial prestou um grande serviço à informação: transmitiu todo o ato do Palácio do Planalto, ao vivo, com imagens da NBR, emissora do governo federal operada como prestação de serviço pela EBC. Se levamos isso em consideração, jamais se poderá dizer que a emissora pública é “chapa-branca”.

Para a Ouvidoria, e acredito que para os telespectadores, é difícil compreender as decisões jornalísticas que fazem a emissora oscilar da aguerrida militância partidária, como vimos em São Paulo, ao desinteresse pelo caráter técnico da notícia, que por acaso também era contra o impeachment, como ocorreu com o ato de Brasília.

Seria o caso de nos perguntarmos para quem estamos falando, porque uma coisa é certa: ninguém guarda lugar no futuro e muito menos na História.

Leitor interpela Ouvidoria sobre artigo na Coluna

A Ouvidoria recebeu uma manifestação do leitor Renato Lazzari, de São Paulo, capital, sobre o artigo *“Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões”*, publicado na semana passada, na Coluna da Ouvidoria. Primeiramente, agradeço a leitura e atenção dos comentários e peço licença para compartilhar a resposta com os demais leitores, já que alguns aspectos levantados pelo Renato podem ser preocupação comum a todos que se interessam pela comunicação pública. E para começar a conversa, vamos esclarecer alguns pontos.

A manifestação do titular da Ouvidoria nos veículos da EBC é uma exigência legal, cumprindo uma das mais árduas tarefas que é a análise crítica de conteúdos, em seu papel de ombudsman. Esse trabalho tem como principal objetivo incidir positivamente sobre a qualidade do ser-

viço que prestamos à sociedade, através da TV Brasil, Agência Brasil, Radioagência, Portal EBC e as oito emissoras públicas do sistema. O que nos inspira e orienta é a missão da EBC, de “produzir e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas.”

Assim, o diálogo permanente da Ouvidoria com os produtores de conteúdo, a partir do que entendemos como interesse público, nos leva a refletir sobre as práticas consagradas tanto no jornalismo, como na produção de programas, bem como sobre o contexto comunicacional em que estamos inseridos. E é a partir dessa compreensão que nos manifestamos. Não podemos, por exemplo, passar ao largo ou usar subterfúgios de linguagem sobre a prevalência dos veículos privados, o principal deles a TV Globo, que ainda hoje conformam e influenciam o público sobre como e o que pensar, aproveitando-se do vácuo histórico resultante da ausência, no país, de um projeto de educação consistente.

E quando apontamos o “público” para dizer da influência dos veículos comerciais em sua formação, não nos referimos apenas às pessoas que compõem as audiências, mas principalmente ao imenso contingente de profissionais que todos os anos são formados nas faculdades de comunicação das universidades, que os preparam para o grande mercado do qual os veículos da comunicação pública não fazem parte. Sim, os jornalistas e demais produtores de conteúdo da comunicação pública ou foram formados nas lides das empresas privadas da grande mídia, ou nos bancos escolares que também atendem ao grande mercado.

Costumo dizer que a EBC é a comunicação pública *stricto sensu*, porque tem um complexo de mídia que divide espaço no mesmo território das demais emissoras de rádio, TV e agências. E a bem da verdade, em grande desvantagem. Somos, no dizer técnico, os últimos “entrantes” no contexto da radiodifusão no Brasil. Somente em 2007 consagrou-se o ente público previsto na Constituição de 1988, que prevê que o sistema de comunicação no país deve ser dividido em estatal, privado e público. Os veículos públicos, com apenas oito anos, estão saindo agora da primeira infância – ainda não sabem o que vão ser quando crescerem. E não estou me referindo à competência dos profissionais envolvidos, mas ao projeto em si.

Por exemplo, quando o leitor diz que ficou “com a impressão de que o jornalismo da EBC está confundindo estatal com governamental”, devo concordar com ele e dizer que, em alguns momentos, confunde sim. Assim como o público em geral sequer reconhece que somos públicos e não estatais, nem tampouco governamentais.

E sobre a afirmação de que “TV pública não precisa de Ibope”; não deve se preocupar com isso”, peço licença para discordar. Para que a comunicação pública seja um divisor de águas nesse contexto de hegemonia das mídias privadas, entre tantas outras demandas, precisamos de audiência sim, e para isso não basta ser competentes; temos que ser estratégicos e muito competentes. E é aí que entra o controle de qualidade feito pela Ouvidoria. Temos sim que nos preocupar, não com o Ibope, que faz medições próprias da competição do ambiente comercial, mas com a preferência do público. Somente a sociedade e o cidadão justificam nossos esforços de levar cultura, informação relevante, entretenimento de qualidade aos lares brasileiros.

E sobre a pergunta a respeito do que “a TV Brasil está tentando disfarçar”, ou “o que precisaria ser mostrado e a TV Brasil esconde”, não se trata de nenhuma das duas hipóteses. A TV Brasil e os demais veículos da EBC precisam descobrir que podem e devem falar sobre tudo o que não

cabe nos manuais de Jornalismo, nas práticas de mercado ou nas teorias acadêmicas. Mas é honesto perguntar: como fazer isso se ninguém ensinou ou construiu manuais a respeito? Esta é a questão fundamental que nos interpela ao fazermos a crítica.

O atencioso leitor nos brinda ainda com a seguinte reflexão: “apenas levantar questões não me parece missão fácil e nem que seus resultados possam ser medidos em pontos de audiência”. Realmente não é fácil apontar deslizes sem oferecer uma saída. Mas quando o caminho ainda está sendo construído, encontrar a saída é uma tarefa que compete a todos. Seria arrogância, do alto da experiência ou dos títulos acadêmicos, ou de ambos, nos arvorarmos a ditar as regras.

Mas devo dizer que estamos a caminho e essa é uma boa notícia, que talvez possa contemplar com mais propriedade as reflexões do leitor: a EBC, em cooperação com a Unesco, está criando um centro de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação em comunicação pública. Em torno dele, temos quase 200 profissionais entre doutores, mestres, especialistas e aqueles que detêm notório saber – e todos são trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação. Certamente que ainda não é uma resposta, mas é, pelo menos, o começo de um caminho.

Muitíssimo agradecida, Renato, pela oportunidade da boa conversa.

Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões

O jornalismo na mídia pública é um vir a ser, ainda tentando encontrar um meio termo que possa chamar de seu, diferenciado das práticas às quais, de berço, se contrapõe. Ser pública significa, grosso modo, não ser estatal, nem comercial e privada. Mas haveria, para além disso, um território a se conquistar, uma alternativa ao que vem sendo construído desde as primeiras décadas do ano de 1800 como imprensa no Brasil?

O discurso autorreferencial da imprensa e do jornalismo invoca a busca pela verdade como o seu mais alto valor e principal arma na defesa do bem comum. A contrapartida para o investimento é o capital de credibilidade, que se transforma em lucro e dinheiro para os veículos atrelados ao comércio e setores econômicos; no caso dos veículos estatais, o retorno vem em termos de publicidade que se pode transformar em prestígio político e voto. Para ambos, igualmente, a moeda de troca é o poder.

Mas quando o vínculo é apenas com a sociedade e o cidadão, de que tipo de retorno se poderia beneficiar a mídia pública ou os que nela atuam? Como empreendimento, nenhum – não terá lucro, nem voto, nem poder. Ao contrário, na comparação frequente com os modelos comercial e estatal, a mídia pública é ameaçada permanentemente de extinção. Não se compreende o que ela é, o que significa e para o que serve. Estamos acostumados a uma imprensa que serve. E servir à sociedade tornou-se apenas uma peça de retórica, esfrangalhada pelo uso excessivo e indevido nos discursos políticos e em propagandas eleitorais ditas gratuitas.

Muitos se perguntam qual a razão para se ter um aparato tão caro e complexo como a radiodifusão pública, cujo objetivo é apenas contribuir para a formação crítica das pessoas; servir à sociedade. Não se compreende a troca de quê? Olhando para dentro com lente aumentada –

que é o papel da Ouvidoria – vê-se um jornalismo livre das imposições de opinião que nós, como jornalistas, sabemos que existe nos demais veículos. Um jornalismo tão livre que chega a não saber para que lado e com que tintas deve tratar a informação. Prova disso está na percepção, também ambígua, do público que escreve à Ouvidoria:

“...a matéria foi produzida por um repórter que evidentemente se sentiu à vontade para produzi-la. Afinal, esse repórter, de família da Casa Grande que frequentou os Palácios governamentais dos tempos da ditadura, certamente estava à vontade para produzir uma "matéria" desconexa aos interesses, hipoteticamente, de quem comanda a EBC que igualmente, hipoteticamente, faz parte de um Governo.”

Em que pese o equívoco das hipóteses do cidadão, ele aponta para um problema real. Por outro lado, há quem pense exatamente o oposto, com a mesma ênfase:

“A TV Brasil está muito chapa branca. O Repórter Brasil era um jornal que eu gostava, pois achava que não tentava alienar o povo, mas agora tenho visto que ele está virando as costas para a sujeira que está em Brasília. Quando falam de coisas da "presidenta" sempre tentam disfarçar. Acho que nenhum jornal deve ser totalmente contra nem totalmente a favor de algo.”

Sem entrar no mérito do que está sendo apontado pelos reclamantes, reportagens que deixam transparecer tendências, seja para que lado for, são tão impertinentes quanto aquelas que os críticos de mídia costumam condenar nos veículos comerciais. Mas haveria mesmo um caminho do meio? Ou será isso apenas uma ilusão engendrada pela falácia do conceito de isenção? A comunicação pública, transitando pelo fio da navalha, guarda ainda muitas perguntas que não podem ser respondidas tão facilmente.

Mas temos pistas que podem nos socorrer – se não do fio da navalha, ao menos do compromisso moral que se assume ao optar pelo jornalismo como profissão. A lei que criou a EBC e instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública (11.652/2008) diz, em seu Art. 3º. VI, que devemos “buscar a excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos.”

É uma pista, não é um manual de instruções. Mas a partir daí podemos nos questionar sobre que papel podemos desempenhar no cipoal de informações não confiáveis em que a sociedade está embrenhada e, quem sabe, até descobrir uma nova forma de oferecer às pessoas um produto no qual elas já não confiam tanto – a notícia. E a falta de confiabilidade não aponta apenas para a internet, embora esteja lá o manancial de fatos não confirmados e verdades carentes de apuração.

Será verdade? É o que todos se perguntam quando olham pela janela que abriu para todo o mundo o direito de dar notícias. Será verdade que os militares estão de prontidão? Será verdade que isso foi mentira dos jornalistas de O Globo? Será verdade a história da mansão de Paraty dos Marinho? Será verdade que a mulher do Sérgio Moro trabalha para partido de oposição? Será verdade que o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima é mesmo “Raposa no galinheiro”, como publicou a revista IstoÉ em 2003? E se for tudo verdade, porque ninguém informa para o cidadão? E se for tudo mentira, por que também não? Do resto, os veículos con-

vencionais já estão cuidando e dando notícias à exaustão, de modo que já não se consegue distinguir o que é fato do que é versão.

Se pensarmos no discurso que referencia a imprensa e o jornalismo, veremos que a nós, meios públicos, só resta um caminho: reinventar a forma de compreender e tratar a notícia, dentro dos critérios da ética e do compromisso público, levando a sério o preceito da busca pela verdade, destrinchando os fatos que correm por fora das trilhas, à margem do noticiário. Os veículos da mídia privada já escolheram e pavimentaram seu território, assumindo o pesado ônus da falta de credibilidade. Aos veículos públicos, sobram o direito de se inventar e a liberdade de um jornalismo sem ilações.

Manifestações do Público

TV Brasil

A opinião do público sobre a cobertura política da TV Brasil

Em março, a TV Brasil recebeu 327 mensagens do público. Devido ao volume de assuntos de política no noticiário, a Ouvidoria fez um levantamento para identificar como o telespectador percebe a cobertura dos fatos nacionais pelo jornalismo da emissora.

Do total de mensagens do mês, 26 dizem respeito à cobertura política. Dentre essas demandas, 13 pessoas reclamaram que a TV Brasil, na opinião delas, mostra conteúdo favorável ao governo. Outras cinco pessoas reclamaram porque o jornalismo seria contra o governo ou não apresentaria as informações oficiais de forma adequada. Um telespectador elogiou a emissora por supostamente apresentar informações contra o impeachment. Nenhuma mensagem foi recebida com elogios por achar que a emissora estaria privilegiando assuntos contra o governo.

Marizette Santos Leal (Processo 634-TB-2016) é uma das pessoas que reclamaram da cobertura política da TV Brasil. Segundo ela, "a TV Brasil está muito chapa branca (...) Não concordo com o jornalismo da Rede Globo e da revista Veja, que são sensacionalistas e exploram demais as coisas ruins do Brasil. Mas também não concordo com o Repórter Brasil chapa branca como está. Perdeu a credibilidade".

A resposta da diretoria de jornalismo foi evasiva, sem qualquer justificativa ou esclarecimento sobre como está sendo conduzido o trabalho na emissora. "Agradecemos sua audiência e observações" – essa foi a resposta da área.

Oscar Ivan (Processo 763-TB-2016) foi ainda mais incisivo. O telespectador disse que o Repórter Brasil transmitia confiabilidade, mas o noticiário mudou após o presidente Lula entrar na mira da Lava Jato. Para ele, "está flagrante a parcialidade da cobertura e dos comentários. Basta ter um pouco de instrução para perceber que as notícias são direcionadas e alguns comentários chegam a ser ridículos (...). Não sou filiado a partido algum, apenas espero um mínimo de competência para gerir o país e sou radicalmente contra a falta de ética e a corrupção, não somente a que está sendo investigada pela Justiça, mas inclusive a feita quando uma TV usa dinheiro público e se dedica a defender interesses do partido no poder, assim como está fazendo a TV Brasil. A TV deve ter uma postura republicana, como fazendo valer os valores do Estado e não do governo de plantão, seja ele de qual partido for (pois a corrupção não é privilégio exclusivo de qualquer deles) (...) Lamentável essa conjuntura e espero que retomem um padrão de jornalismo mais equilibrado e menos tendencioso, pois a TV não pertence àqueles que ela está implicitamente defendendo".

Nesse caso, a resposta da diretoria de jornalismo não foi tão resumida como a anterior, mas ficou sem sentido e evasiva, diante dos comentários do telespectador: "Obrigado por sua audiência e observações. Nosso manual de jornalismo tem como princípios a imparcialidade, plura-

lidade, diversidade e ampla exposição de todas as opiniões presentes na sociedade brasileira. São objetivos que perseguimos cotidianamente. Esperamos continuar contando com sua audiência e espírito crítico."

Entre as pessoas que reclamaram por abordagens mais favoráveis ao governo ou ao PT está a mensagem de Rogério Bezerra (Processo 684-TB-2016), que teve resposta ampla e simpática, ao contrário das que foram enviadas aos que reclamaram de parcialidade por parte do jornalismo da EBC. "Vivemos em um dos momentos cruciais de nossa história, com ataques golpistas vindos do MPF, STF e PF e o Repórter Brasil, na edição sexta-feira, ao fazer a cobertura do sequestro de Lula (aquilo foi um sequestro) repetiu os mesmos termos do jornal nacional... Como isso acontece? Por que a emissora que deveria nos informar, de verdade, se omite? Até quando? Até o golpe se instalar e, mais uma vez, o nosso país mergulhar da escuridão? A EBC é uma empresa que tem responsabilidades conosco. Não finjam que não tem nada a ver, isso a mídia comercial já faz e muito melhor", afirmou o telespectador.

A resposta da Diretoria de Jornalismo, em primeira pessoa: "Muito obrigado por sua audiência e observações. Ressalto que o jornalismo da EBC tem se pautado pela busca obsessiva de isenção, imparcialidade, pluralidade, independência e simetria na exposição de opiniões. Como prova disso, a título de exemplo, cito a cobertura da TV Brasil nas manifestações contra e pró-governo nos dias 13 e 18 recentes, com plantões especiais, flashes ao vivo etc. Nossa bancada sempre esteve, está e estará aberta a todas as manifestações de pensamento, pelo menos enquanto a direção de jornalismo estiver sob minha responsabilidade. Infelizmente, inúmeros e reiterados convites enviados a políticos, personalidades e comentaristas diversos para que expressem suas visões em nossa programação muitas vezes tem sido recusado, o que lamentamos profundamente. Nem por isso deixamos ou deixaremos de insistir na procura de ampla diversidade de pontos de vista. Agradeço sinceramente suas críticas e ponderações. Como sempre, serão levadas em conta à luz do nosso manual de jornalismo. Tenha a certeza de que a participação dos telespectadores e de qualquer cidadão é, para nós, ferramenta insubstituível na missão de construir uma TV pública à altura dos anseios da sociedade brasileira como um todo. Esperamos continuar contando com sua audiência, vigilância e contribuições."

Ada-Lúcia Moreira da Silva (Processo 841-TB-2016) elogiou a emissora por mostrar informações, na opinião dela, de modo adequado sobre o quadro político atual. "Excelente cobertura sobre as manifestações em defesa da Democracia e contra o golpe. Parabéns, por mostrar ao brasileiro o que acontece no Brasil", disse.

A mensagem da Ouvidoria à demandante foi a seguinte: "Informamos que seus comentários e elogios foram enviados à Diretoria de Jornalismo da EBC para conhecimento e apreciação. Agradecemos sua participação e ficamos à disposição".

Agência Brasil e Portal EBC

Em março a Ouvidoria recebeu 32 manifestações dirigidas à Agência Brasil. Houve 14 reclamações, 5 pedidos de informação, um comentário, um elogio e 11 serviços.

Em março a Ouvidoria recebeu 10 manifestações dirigidas ao Portal EBC. Houve 4 reclamações, 2 comentários, uma sugestão e 3 serviços.

Como era de se esperar, várias demandas recebidas pela Ouvidoria reclamaram de conteúdos – títulos e textos – que os leitores perceberam como contaminados por parcialidade – a favor ou contra o governo – na linha editorial. Quase a metade das reclamações dirigidas à Agência Brasil em março – 6 das 14 - teve este perfil. Das seis, três fizeram críticas de textos sobre a Operação Lava Jato, duas fizeram críticas dos conteúdos (um título e uma matéria) relacionados a várias manifestações a favor e contra o governo e uma criticou um viés negativo no título de uma matéria sobre a economia. Das seis, cinco denunciaram parcialidade contra o governo e uma, a favor. Houve ainda um comentário que poderia ser considerado como uma denúncia de parcialidade a favor do governo, de um leitor que discordou do comentarista Paulo Moreira Leite quando ele culpou o juiz Sérgio Moro e a mídia pela “espetacularização” da Operação Lava Jato. Outras duas reclamações também focaram conteúdos sobre a Operação Lava Jato, porém o que os leitores criticaram não foi parcialidade na linha editorial, senão versões dos fatos relacionados às conversas interceptadas. Uma das reclamações sobre parcialidade criticou ao mesmo tempo a omissão de informações sobre a proibição de uma manifestação em São Paulo a favor do governo no mesmo dia em que já tinha sido programado um protesto contra o governo.

Nas respostas a estas demandas a Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais (Suadi) se defendeu das críticas de parcialidade, com afirmações de fidelidade aos princípios definidos no Manual, respaldadas pela identificação das diversas posições políticas ouvidas na cobertura de cada fato ou evento (embora nem sempre todas nas matérias que deram origem às reclamações). Como costuma acontecer, o mesmo tratamento educado foi dado a reclamações sem nenhuma procedência, como uma enviada por um leitor que ficou indignado, ao ponto de acusar a EBC de ser “golpista”, pelo simples fato de haver publicado uma matéria com o título que constatou que, além de uma vigília a favor do governo em Salvador/BA, houve também um protesto contra a nomeação do ex-presidente Lula.

Vale a pena também registrar que duas demandas – ambas enviadas por um integrante do Conselho Curador da EBC – vieram acompanhadas de sugestões no sentido do aprofundamento da cobertura em relação aos acontecimentos políticos atuais. Em uma foi observado que especialistas em direito deveriam ser ouvidos para os leitores entenderem melhor as acusações contra o ex-presidente Lula na Operação Lava Jato. Por exemplo, o que significa precisamente “ocultação de patrimônio”. A outra sugestão focou as entrevistas com participantes nas manifestações. O demandante recomendou o que poderia ser chamada uma atitude mais proativa

por parte da reportagem, indo além dos “slogans” para entender melhor as razões e até que ponto os manifestantes compreendiam as consequências se, por exemplo, o impeachment da presidenta fosse concretizado.

O elogio dirigido à Agência Brasil em março foi em relação à matéria publicada em 23/3: "Governo abre curso de português para 70 migrantes e refugiados no Rio"

[/agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/refugiados-e-migrantes-terao-curso-de-portugues-do-pronatec-no-rio](http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/refugiados-e-migrantes-terao-curso-de-portugues-do-pronatec-no-rio)

O leitor achou que é “um artigo aparentemente simples, mas objetivo e preciso, e muito importante para os imigrantes. Parabéns”.

Nas reclamações dirigidas ao Portal EBC, uma focou a questão de “ouvir os dois lados”, sem, contudo, chegar a denunciar parcialidade na cobertura. Trata-se de um demandante que achou que em uma matéria explicativa do Portal EBC sobre o significado da “condução coerciva”, para que o leitor tivesse uma compreensão mais completa do assunto, mais de um jurista deveria ter sido ouvido, ao invés de um “contraponto” na figura de uma nota do Ministério Público. A Sua-di mandou a seguinte resposta a esta demanda: "Entendemos que foram ouvidos todos os lados necessários à contextualização oferecida na matéria após a explicação objetiva do que é a condução coercitiva, seguiram-se opiniões que defendem ou criticam a decisão e que foram veiculadas na EBC. Incluindo o posicionamento de jurista que falou ao Repórter Brasil e integrantes do Judiciário, é possível compreender os diversos lados envolvidos e a sequência de fatos."

Das manifestações dirigidas ao Portal EBC, as mais interessantes foram dois comentários de um leitor em busca de esclarecimentos sobre o que seria o diferencial da mídia pública das mídias comerciais, por um lado, e estatais/governamentais, por outro. O assunto foi tema de duas edições sucessivas da Coluna da Ouvidoria, em 11/3 e 16/3: "[Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões](#)" e "[Leitor interpela Ouvidoria sobre artigo na Coluna](#)".

Sistema de Rádios

No mês de março, a Ouvidoria recebeu 62 manifestações relativas ao sistema de rádios. Foram 13 reclamações, 8 elogios, 8 sugestões, 31 serviços e 2 pedidos de informação. Os serviços são demandas estranhas aos assuntos da Ouvidoria, como, por exemplo, solicitações de enviar mensagens via rádios para parentes na Amazônia. Sem contar os 'serviços', no total, foram 31 manifestações. A emissora mais citada foi a MEC FM do Rio de Janeiro com 8 mensagens, seguida das rádios MEC AM, do Rio de Janeiro, e Nacional de Brasília, cada uma com 7 mensagens.

Entre as mensagens dirigidas à emissora mais citada, a MEC FM do Rio de Janeiro, há muitos elogios à programação e reclamações de dificuldades para acessar a rádio via internet. Roberto Fernando de Carvalho, por exemplo, diz que é ouvinte há 60 anos e que, ao se mudar para São Paulo, não conseguiu mais acessar a emissora. Foi-lhe indicado que acessasse o site [http://tunein.com/radio/R%C3%A1dio-MEC-FM-\(Rio-de-Janeiro\)-993-s17776/](http://tunein.com/radio/R%C3%A1dio-MEC-FM-(Rio-de-Janeiro)-993-s17776/). O ouvinte protestou contra o que seria uma resposta simplória e burocrática da Ouvidoria. Diz que a emissora não chega mais ao seu computador. Todas as janelas se abrem normalmente, menos a transmissão. Não houve mais manifestação dos representantes da emissora. Já o manifestante que se identificou apenas como Jorge, disse que a programação da MEC FM do Rio, é "rica em informações com assuntos variados. A Radio MEC FM está de parabéns".

A Rádio MEC AM do RJ recebeu muitos elogios e várias sugestões. Ao programa Tema Livre o ouvinte Aluísio Lemos solicita que o apresentador, de dez em dez minutos repita o nome do programa, do entrevistado, do assunto e dele próprio. As sugestões foram enviadas à MEC para avaliação. De Bariloche, Argentina, Ana Maria das Neves entra em contato com a Ouvidoria para elogiar "a programação impecável" da Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro. O ouvinte Paulo Perdigão Gomes faz diversas sugestões à emissora, entre as quais estabelecer leitura de poesias de 10 em 10 minutos, criar radionovelas e também uma cooperativa de rádios culturais, sediada no Rio de Janeiro, para patrocinar a MEC. Para Douglas Ibarola, "após um dia cansativo de trabalho, nada melhor que uma boa leitura ouvindo a rádio MEC (AM, do RJ)".

Na Rádio Nacional de Brasília, destaque para a mensagem de Luana Nascimento de Lima e Souza. Ela disse que na campanha contra o Zica, a emissora diz equivocadamente que o vírus mata. Apesar de estar associado à microcefalia, afirmou ela, "o Zica vírus não mata os infectados". A Coordenação da Radio Nacional concordou plenamente, agradeceu por ter sido alertada e informou que o spot que continua a informação equivocada foi retirado do ar. A ouvinte Maria Inês telefonou de New Jersey, nos Estados Unidos, para elogiar a Rádio Nacional. Ela disse gostar muito de dramaturgia e dos programas musicais e ressalta que "a programação da rádio é um espetáculo".

Ainda sobre a Nacional de Brasília, em mensagem bastante longa, o ouvinte Iraê Sassi, reclama da parcialidade na cobertura da viagem da presidenta Dilma a São Paulo para prestar solidariedade ao ex-presidente Lula. Diz ele que foi apresentada somente a versão dos críticos e inimigos do ex-presidente e partidários do impeachment. Ele lembra que foi o próprio Lula que ofereceu aos brasileiros o que deveria ser “um espaço de verdadeira informação e independência jornalística, com critérios profissionais rigorosos”. Ele questiona se a EBC vai entrar na mesma onda de mentiras e denunciismo da mídia comercial ou se vai fazer o contraponto. A direção de Jornalismo da emissora checkou o material gravado e concluiu que realmente houve “um desequilíbrio”. Na resposta, a direção diz considerar válida a reclamação e esclarece “que os integrantes do radiojornalismo foram orientados a evitar desequilíbrio na participação de entrevistados nas matérias”.

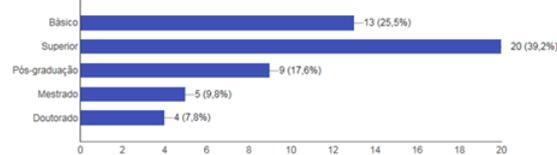
Monitoramento e Gestão da Informação

Pesquisa TV Brasil

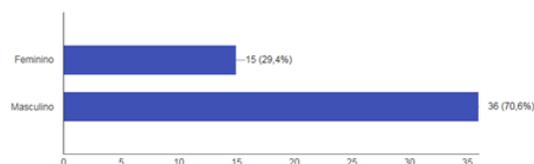
A Ouvidoria, por meio do setor de Monitoramento e Gestão da Informação, realizou uma pesquisa qualitativa sobre a TV Brasil. O questionário com 10 perguntas foi enviado para 300 pessoas que entraram em contato com a emissora através da Ouvidoria, no segundo semestre do ano passado, para tratar de diversos assuntos do veículo. A seleção dos participantes foi aleatória. O índice de respostas foi de 18%.

A pesquisa é para as atividades de Ouvidoria e tem como finalidade mapear a percepção do público sobre a TV Brasil. O público que respondeu é em maioria de homens com mais de 50 anos, ensino superior completo e acompanha a TV Brasil em sinal aberto.

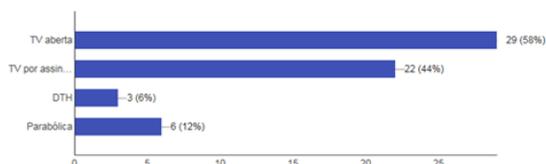
Grau de escolaridade



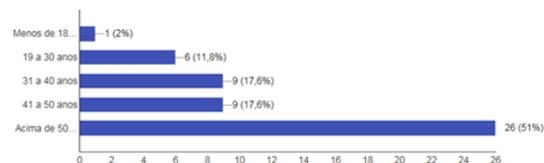
Gênero



Como você assiste à TV Brasil?

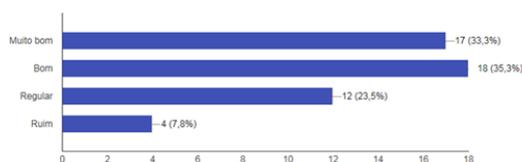


Faixa etária



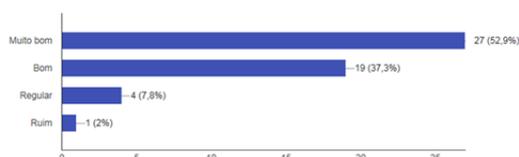
O público avaliou a qualidade da imagem e do som da TV Brasil. O resultado foi positivo sendo o maior percentual de avaliações como muito bom ou bom.

Qual a qualidade da imagem e do som da TV Brasil?



O questionário também verificou a opinião do público sobre a qualidade da programação: 58,9% disseram que é muito boa, 31,3% classificaram como boa, 7,8% regular e 2% ruim.

O que você acha da programação da TV Brasil?



A pesquisa procurou identificar quais os programas o público mais gosta. Como forma de assegurar que o telespectador conhecesse o programa que iria apontar, no campo de resposta, não foram listados os nomes das atrações disponíveis na grade da TV Brasil. O próprio respondente precisou informar os programas.

Nessa categoria, os citados com maior frequência foram: Alto Falante, Sem Censura, Repórter Brasil, Caminhos da Reportagem, Samba na Gamboa e Arte do Artista. Em menor proporção, houve menções à telenovela Windeck, Espaço Público, Hora da Criança, Partituras, Brazilianas, Ver TV, Stadium, Camarote 21, Expedições, Ciclos de Cinema e, de forma genérica, esporte, jornalismo, musicais e documentários.

Outra questão verificou se há algum programa na grade que o telespectador não gosta. Do total de respostas, 78% disseram que aprovam a programação e/ou não chegaram a citar na resposta nenhum programa que desaprova. Outros 22% apontaram algum programa. Os programas que receberam críticas foram Windeck, República do Peru, Sem Censura, Espaço Público, Hora da Criança e Samba na Gamboa. Como na questão anterior, houve menções genéricas ao documentário.

Na seção de sugestões e comentários, o público apontou sobre a importância de continuar a investir no esporte, em continuar a veicular produções africanas e latino-americanas, informou também problemas de recepção do sinal da TV Brasil, sugeriu programas para serem reprisados ou incluídos na grade e propôs mudança nos horários dos programas de análise e filmes.

Processos penderes

Pendências de atendimento

Os processos registrados nas categorias Elogio, Sugestão, Comentário e Serviços não dependem de um retorno da área para serem encerrados. Envia-se uma resposta padrão agradecendo ao usuário pela mensagem com a informação de que a manifestação foi direcionada ao setor responsável, encerrando o procedimento. Os processos registrados como Pedidos de Informação e Reclamações têm um tratamento diferenciado e dependem do retorno da área responsável para que sejam encerrados. O prazo de resposta das áreas para as manifestações é de 5 dias úteis, de acordo com a Norma 104 da Ouvidoria/EBC.

A tabela ao lado relaciona os processos de março, por área que estão pendentes de resposta até o fechamento deste relatório. Em seguida, a descrição das pendências.

Área Encaminhada	TOTAL
Superintendência de Suporte	12
Gerência de Rede	8
Diretoria de Conteúdo e Programação	6
Diretoria de Produção	3
Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais	3
Diretoria de Administração e Finanças	2
Coordenação MEC FM	1
Diretoria de Jornalismo	1
TOTAL	36

Os processos pendentes de resposta da Superintendência de Suporte tratam de:

- reclamação de ruído no áudio da TV Brasil em Curitiba/PR;
- reclamação de problemas com o áudio da MEC FM, no Rio de Janeiro/RJ;
- reclamação de ausência do sinal da TV Brasil em Tabatinga;
- reclamação de áudio distorcido na MEC FM, via parabólica;
- reclamação de sinal da TV Brasil com problema na Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ;
- reclamação de sinal da TV Brasil sem áudio em Braúna/SP;
- reclamação de problemas com áudio da Nacional FM pela internet.

Os processos pendentes de resposta da Gerência de Rede tratam de:

- reclamação de ausência do sinal da TV Brasil em Campo Grande/MS;
- reclamação sobre operadoras de TV por assinaturas e TVs afiliadas;
- pedido de informação sobre a transmissão terrestre da TV Brasil em Curitiba/PR;
- pedido de informação sobre como sintonizar a TV Brasil.

Os processos pendentes de resposta da Diretoria de Conteúdo e Programação tratam de:

- pedido de reprise ou cópia de edição de programas;
- reclamação sobre a apresentação dos programas, cenários etc;
- pedido de informações sobre a TV Brasil Internacional;
- pedido de cópia da trilha sonora de "Windeck".
- reclamação de cortes na transmissão do Repórter Brasil Noite para entrada de intervalo;
- reclamação por não haver representações indígenas na TV Brasil.

Os processos pendentes de resposta da Diretoria de Produção tratam de:

- pedido de informação sobre o programa Brasileiros Mundo Afora;
- reclamação sobre a não postagem de programas na página da TV Brasil na internet;
- reclamação sobre a "linha editorial" do Estação Plural.

Os processos pendentes de resposta da Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais tratam de:

- pedidos de correção em matéria no portal da EBC;
- pedidos de retirada de matéria na Agência Brasil.

Os processos pendentes de resposta da Diretoria de Administração e Finanças tratam de:

- pedidos de informação sobre concurso;

O processo pendente de resposta da Coordenação da MEC FM trata de:

- solicitação de transmissão da MEC FM via operadoras de TV por assinatura.

O processo pendente de resposta da Diretoria de jornalismo trata de:

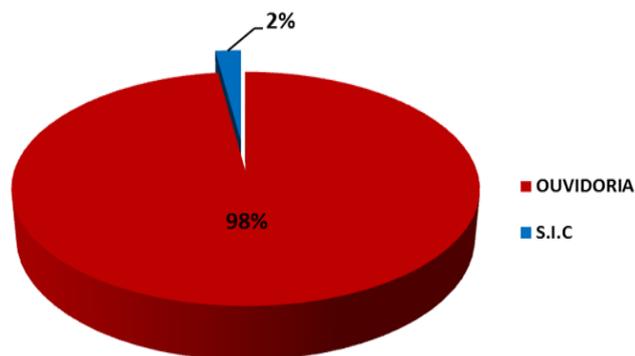
- reclamação sobre os comentaristas do Repórter Brasil.

Estatísticas de atendimento

Ouvidoria em números

A Ouvidoria da EBC contabilizou em março 695 atendimentos, são 684 referentes ao atendimento da Ouvidoria e 11 do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC.

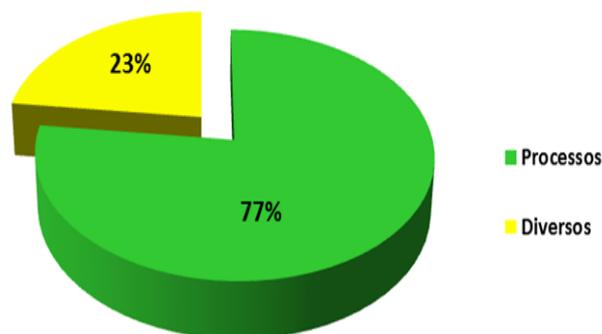
Percentual de atendimentos



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Dos 684 atendimentos relacionados à Ouvidoria, 526 (77%) geraram processos por terem assuntos relacionados aos veículos da EBC. As outras 158 (23%) manifestações foram respondidas aos usuários sem abertura de processo, são classificadas como “diversos” por não se referirem a assuntos pertinentes à EBC.

Percentual de atendimentos por relevância



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

As 526 manifestações que geraram processos distribuem-se, entre os veículos, conforme demonstrado abaixo:

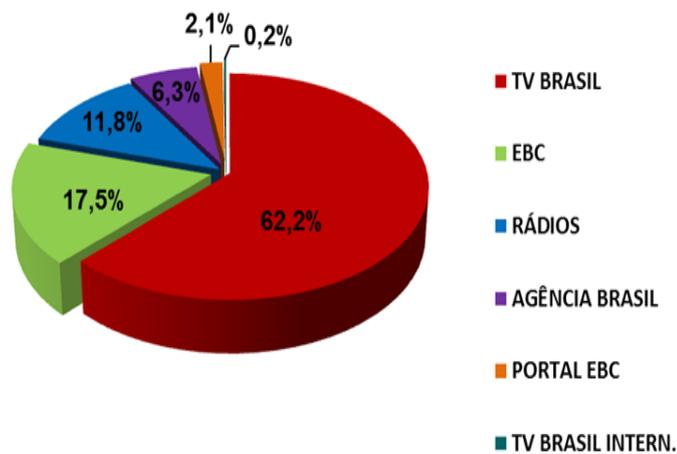
Manifestações por veículo

MARÇO							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedidos de Informação	Total
TV Brasil	84	31	38	8	135	31	327
EBC	5	0	5	0	82	0	92
Rádios	13	8	8	0	31	2	62
Agência Brasil	14	1	0	1	11	6	33
Portal da EBC	4	0	2	2	3	0	11
TV Brasil Internacional	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	120	40	53	11	263	39	526

FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

O gráfico abaixo demonstra o percentual de manifestações de acordo com a distribuição entre os veículos:

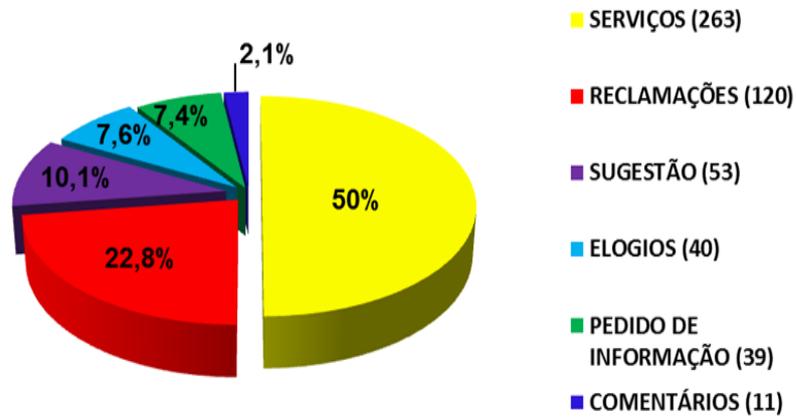
Percentual de manifestações por veículo



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Os elogios, sugestões, comentários, pedidos de informação e serviços totalizam 77,2% dos atendimentos no período, contra 22,8% das reclamações.

Percentual das manifestações por categorias



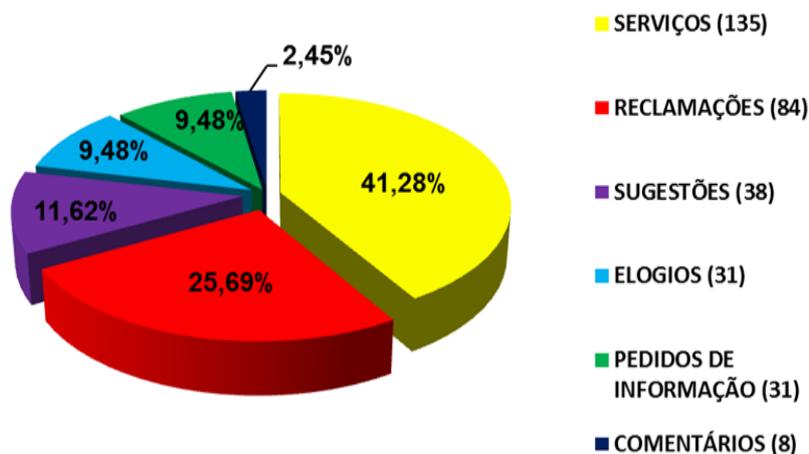
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Quantitativo de atendimentos por veículo

TV Brasil

A Ouvidoria recebeu em março 327 manifestações direcionadas à TV Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

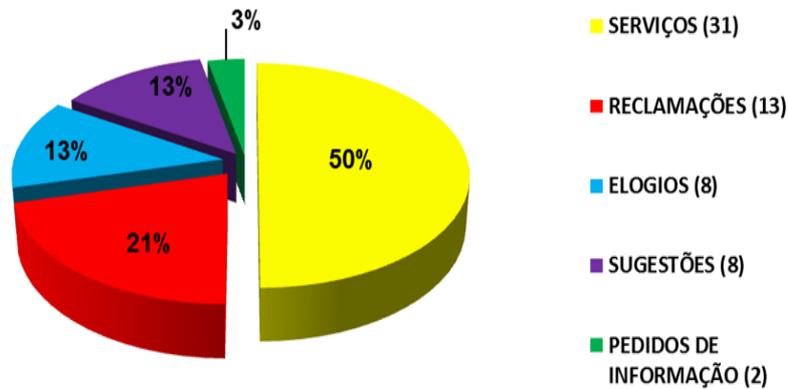


FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Sistema de Rádios

A Ouvidoria recebeu em março 62 manifestações dirigidas às rádios. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Distribuição de demandas por emissora de rádio

MARÇO							
Rádios	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedidos de Informação	Total
MEC FM Rio de Janeiro	4	2	2	0	8	0	16
Nacional da Amazônia OC	1	0	0	0	11	1	13
Nacional FM Brasília	4	2	1	0	3	0	10
MEC AM Rio de Janeiro	2	2	3	0	2	0	9
Nacional do Rio de Janeiro AM	0	2	1	0	3	1	7
Nacional de Brasília AM	2	0	1	0	2	0	5
Radioagência	0	0	0	0	1	0	1
MEC AM Brasília	0	0	0	0	1	0	1
Nacional Alto Solimões	0	0	0	0	0	0	0
Total	13	8	8	0	31	2	62

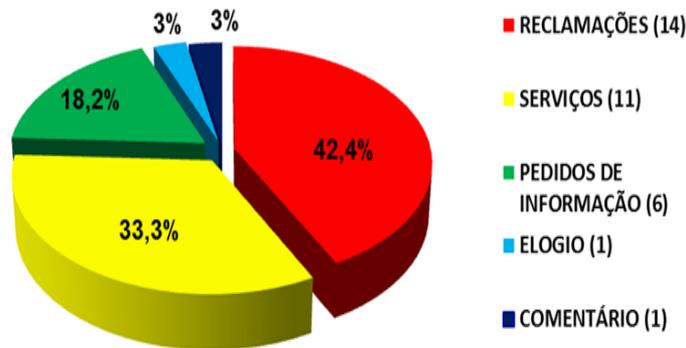
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Em março, as rádios com maior quantidade de demandas são a MEC FM Rio de Janeiro (25,80%) e Nacional da Amazônia OC (20,96%). As demais rádios representam (53,24%) do número de demandas recebidas.

Agência Brasil

A Ouvidoria recebeu em março 33 manifestações referentes à Agência Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

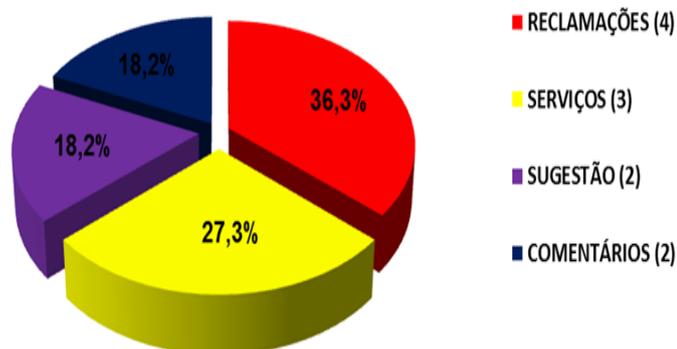


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Portal EBC

A Ouvidoria recebeu em março 11 manifestações direcionadas ao Portal da EBC. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações

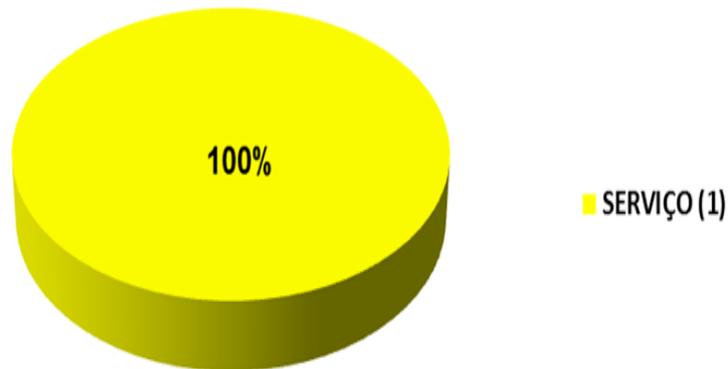


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

TV Brasil Internacional

A Ouvidoria recebeu em março 1 manifestação direcionada à TV Brasil Internacional. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipo de manifestação

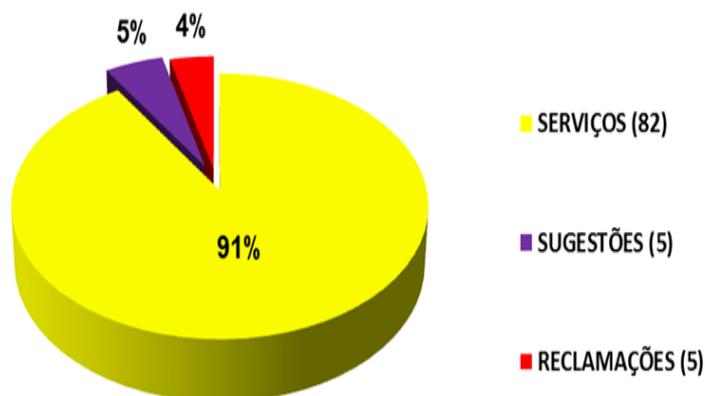


FONTE: NAMBI- OUIDORIA/EBC

Empresa Brasil de Comunicação – EBC

A Ouvidoria recebeu em março 92 manifestações referentes à Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que seriam adequadamente direcionados a um atendimento do tipo 0800 ou “fale conosco”; não são atendimentos característicos de Ouvidoria. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações



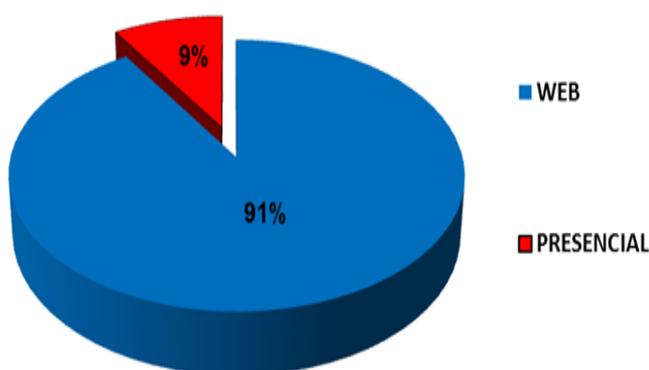
FONTE: NAMBI- OUIDORIA/EBC

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

SIC em números

O SIC registrou em março 11 pedidos de informação. Desses, 10 foram recebidos via *web* (e-SIC) e 1 presencial.

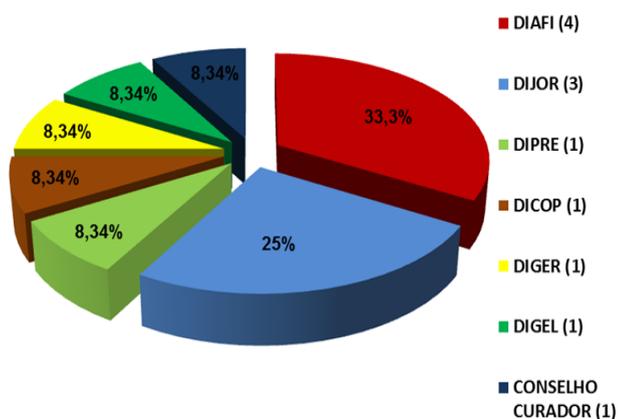
Pedidos de Informação por Meio de Acesso



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Os pedidos de informação e recursos registrados em fevereiro são apresentados a seguir por área de competência, em dados absolutos e percentuais. Alguns pedidos foram enviados para diferentes áreas.

Pedidos de informação por área de competência



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Em conformidade com o que estabelece a Norma 104 da Ouvidoria/EBC e a Portaria Presidente - 185-A/2012 de 24/05/2012, as áreas têm 5 dias úteis para resposta. A Lei de Acesso à Informação Nº 12.527 de 07 de Novembro de 2011 estabelece o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.